UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO - EA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB

Claucia Lourdes Tibulo Kapper

GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS

Participação Social no processo de Planejamento dos Usos da Água na Bacia Hidrográfica dos rios Turvo Santa Rosa Santo Cristo – Enquadramento

Três Passos - RS
2012

Claucia Lourdes Tibulo Kapper

GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS
Participação Social no Processo de Planejamento dos Usos da Água na Bacia Hidrográfica dos rios Turvo Santa Rosa Santo Cristo – Enquadramento

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Ms. Rafael Kruter Flores

Três Passos
2012

Claucia Lourdes Tibulo Kapper

GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS
Participação Social no Processo de Planejamento dos Usos da Água na Bacia Hidrográfica dos rios Turvo Santa Rosa Santo Cristo – Enquadramento

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Conceito final:

Aprovada em ..... de .....de.....

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dra. Sueli Maria Goulart Silva – UFRGS

_____
Prof. Dra. Andrea Wander Bonamigo – UFRGS

_____
Orientador - Prof. Ms. Rafael Kruter Flores – UFRGS

A Bruna e Rafael, vocês são minha fonte de motivação, com muito amor.

Ao José Carlos, meu esposo, seu apoio foi fundamental.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao nosso Pai Eterno, pela capacidade recebida, pela persistência e superação das adversidades, para realizar este curso de Especialização em Gestão Pública.

Agradeço à Universidade Aberta do Brasil – UAB e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS pela oportunidade de realizar este curso de Especialização em Gestão Pública.

Aos meus filhos amados, Bruna e Rafael, o melhor presente que poderia ter recebido na vida e ao meu esposo, José Carlos, pela compreensão que tiveram durante todo este tempo, para eu poder realizar as diversas atividades de estudo e pesquisa para chegar a este momento, o meu muito obrigado, amo vocês.

Agradeço ao Rafael Kruter Flores orientador na realização deste Trabalho de Conclusão de Curso, pelo apoio, compreensão e orientações.

A minha irmã Ana Paula, que não só me motivou em todo o momento do curso, como também contribuiu na realização do meu trabalho de conclusão, obrigada, te amo maninha.

A minha família querida Tibulo/Kapper que são especiais, fazem parte do meu dia a dia por sempre me incentivar, mesmo sem saber contribuíram com seu olhar, sua percepção sobre os temas ligados a natureza, políticas públicas, participação social, agradeço, amo vocês.

A todos aqueles que direta ou indiretamente foram responsáveis por eu chegar neste momento de finalização do curso, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço a empresa que trabalho, a CORSAN, que confiou em mim em representa-la na categoria abastecimento público no Comitê, em especial aos colegas da Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente e Superintendência das Missões, assim como os gestores da Unidade de Saneamento de Santa Rosa, período 2009/2012, que entenderam a importância da CORSAN estar inserida nos comitês de bacia na defesa da água.

Também aos colegas do Comitê, representantes das categorias dos usuários da água, da sociedade civil e poder público, que me propiciaram momentos de aprendizagem direta em cada etapa do processo de Planejamento de Usos da Água, agradeço pelo apoio e confiança.

“O modo como as decisões sobre o gerenciamento da água são feitas e como os sistemas de água são controlados revela bastante sobre os estágios e a saúde da democracia.”

Neil S Grigg

RESUMO

Este trabalho busca analisar o processo de Planejamento de Usos da Água na Bacia Hidrográfica dos rios Turvo Santa Rosa Santo Cristo – Enquadramento, no Rio Grande do Sul, sendo parte do seu plano de gestão dos recursos hídricos – Plano de Bacia. Foram pesquisados dados do período de janeiro de 2010 a março de 2012, para verificar a participação social no processo, conforme estabelece o modelo atual de gestão dos recursos hídricos em nosso país. Para aprofundar a pesquisa e como forma de ampliar o conhecimento foi analisada a metodologia utilizada pelo Comitê para mobilizar a comunidade da bacia para participar da gestão das águas. Buscou-se conhecer a base conceitual da participação da sociedade na gestão de bem público e de interesse coletivo, através da revisão da literatura pertinente, do marco regulatório e o desenvolvimento desta participação através da história. A metodologia aplicada a esta pesquisa foi construída em três momentos: o primeiro momento foi conhecer o processo de Planejamento dos Usos da Água - Enquadramento; o segundo analisar a metodologia de mobilização social realizada pelo Comitê, com as principais atividades realizadas para a comunidade se envolver no processo; o terceiro momento foi avaliar a participação social nas diversas atividades realizadas e em destaque nos momentos de decisão sobre o uso futuro da água. Os eixos temáticos foram: a) Processo de Planejamento dos Usos da Água – responsabilidades, cronograma e Unidade de Planejamento e Gestão. b) Mobilização Social – gestão compartilhada, mobilizando através da informação, Educação Ambiental e a descrição das práticas. c) Participação Social – representantes do Comitê nas reuniões de plenária, participação externa nas reuniões de plenária, participação e eventos de mobilização. d) pesquisa de percepção dos integrantes do Comitê que participaram das Consultas Públicas. Esses fatos refletem carências tanto do Estado de propiciar a descentralização das decisões quanto do entendimento da sociedade de se apoderar dos espaços já constituídos para contribuir na elaboração e gestão das politicas públicas. Como ponto positivo, salienta-se que através da realização do processo de Planejamento, existiu um processo de amadurecimento e aprendizagem de todos os atores envolvidos.

Palavras chave: descentralização, planejamento, participação social e recursos hídricos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Sistema Estadual de Recursos Hídricos	20
Figura 2	Divisão do estado por Região Hidrográfica e Bacias Hidrográficas	28
Figura 3	Localização da Bacia Hidrográfica Turvo Santa Rosa Santo Cristo.....	29
Figura 4	Divisão por município	30
Figura 5	Principais sub bacias	30
Figura 6	Uso do solo da bacia	31
Figura 7	Principais usos da água	31
Figura 8	Rede de monitoramento da qualidade da água	31
Figura 9	Qualidade da água na vazão de referência Q90	31
Figura 10	Gestão compartilhada	33
Figura 11	Reunião de plenária em Santo Augusto na Câmara Municipal de Vereadores	33
Figura 12	Balanço hídrico para fins de enquadramento	48
Figura 13	Definição das metas de qualidade da água, conforme manifestação de vontade da sociedade	48
Figura 14	Usos múltiplos da água	48
Figura 15	Reunião da CPA em 02.02.12	54
Figura 16	Reunião do GT Enquadramento em 13.01.2011	56
Figura 17	Reunião GT Validação do Diagnóstico em 16.12.2011	56
Figura 18	Site Comitê Turvo Santa Rosa Santo Cristo	58
Figura 19	Site da Prefeitura Municipal de Derrubadas	58
Figura 20	Site da FAHOR Horizontina	58
Figura 21	Reunião Setorial – Executivo Municipal em 07.10.2011 Três Passos	60
Figura 22	Entrevista rádio Querência em 25.05.2011 Santo Augusto	60
Figura 23	Fórum Municipal de Meio Ambiente em Santo Augusto 28.09.2010	60
Figura 24	Comitê das Águas nas escolas em Horizontina 01.06.2011 ..	60
Figura 25	Jornal Gazeta Regional de 23.01.2012	60

Figura 26	Divulgação de informações através da internet	60
Figura 27	Mapa da área de abrangência da Coord. Est. Saúde	64
Figura 28	Mapa da área de abrangência da EMATER	64
Figura 29	Brincando de Enquadramento em Cândido Godói 01.10.2010.....	65
Figura 30	Brincando de Enquadramento em Três de Maio 29.09.2010 .	65
Figura 31	Brincando de Enquadramento em Três Passos 22.10.2010 ..	65
Figura 32	Brincando de Enquadramento em Santa Rosa 28.09.2010	65
Figura 33	Calendário Ambiental – divulgação	66
Figura 34	Reunião ordinária em Tenente Portela 29.02.2012 na Câmara Municipal de Vereadores	67
Figura 35	Informe da reunião em Tenente Portela	67
Figura 36	Encontro Pelas Águas em Três Passos 04.10.2011	68
Figura 37	Divulgação das atividades na internet	68
Figura 38	Comitê das Águas nas escolas em 22.02.2011 Unijui curso superior	68
Figura 39	Comitê das Águas nas escolas Instituto Federal Farroupilha Santo Augusto curso tecnólogo em 14.03.2012	68
Figura 40	Reunião Setorial – Executivo Municipal	70
Figura 41	Reunião Setorial – Produção Rural – jornal.....	70
Figura 42	Seminário para Enquadramento atores internos 17.03.2011 Santa Rosa	71
Figura 43	Seminário para Enquadramento, presença Jussara Cony (Secretária Estadual Meio Ambiente)18.03.2011Santa Rosa	72
Figura 44	Seminário para Enquadramento atores externo ao Comitê em 18.03.2011 Santa Rosa.....	72
Figura 45	Newsletter nº 01	72
Figura 46	Assinatura da Lei de institucionalização da Semana Municipal da Água em Santa Rosa 26.09.2011	73
Figura 47	Atividade durante a Semana Municipal de Água de Tenente Portela	73
Figura 48	Audiência Pública com presença do Legislativo Estadual ...	75
Figura 49	Participantes da Audiência Pública.....	75

Figura 50	**Divulgação da atividade 75**	
Figura 51	**Reunião ordinária em Três Passos 76**	
Figura 52	**Apresentação do Diagnóstico da Bacia na reunião ordinária em 07.12.2011..... 76**	
Figura 53	**Consulta Pública em Santa Rosa 12.03.2012 ..... 77**	
Figura 54	**Discussão em Grupo Campinas das Missões 13.03.2012..... 77**	
Figura 55	**Manifestação da prioridade de uso da em Três Maio 14.03.2012 ..... 77**	
Figura 56	**Escolha do uso da água em Santo Augusto 15.03.2012 ..... 77**	
Figura 57	**Explanação da metodologia da atividade em Três Passos 16.03.2012 ..... 78**	
Figura 58	**Mapa da UPG Santa Rosa/Santo Cristo com os usos fixados 78**	

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	**Comparativo da distribuição água no Brasil % .....**	**15**
Quadro 2	**Escada da participação cidadã.....**	**41**
Quadro 3	**Cronograma das atividades durante o processo de Planejamento de Usos da Água .....**	**51**
Quadro 4	**Participação nas reuniões da Comissão Permanente de Assessoramento – CPA .....**	**54**
Quadro 5	**Participação nas reuniões dos Grupos de Trabalho – GT .....**	**55**
Quadro 6	**Acesso para informações do Comitê e Bacia Hidrográfica....**	**57**
Quadro 7	**Atividades e eventos de disseminando informações .....**	**59**
Quadro 8	**Atividades de Educação Ambiental .....**	**61**
Quadro 9	**Participação dos representantes em reuniões de plenária ....**	**79**
Quadro 10	**Participação de atores externos em reunião de plenária .....**	**84**
Quadro 11	**Participação nas atividades de Educação Ambiental .....**	**86**
Quadro 12	**Participação em reuniões setoriais .....**	**86**
Quadro 13	**Participação em eventos de preparação para as Consultas Públicas .....**	**87**
Quadro 14	**Participação nas Consulta Públicas .....**	**89**
Quadro 15	**Resultado da pesquisa de percepção dos representantes do Comitê referente participação social - Consultas Públicas ...**	**90**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Agência Nacional da Água
CEEIBH	Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas
CF	Constituição Federal do Brasil
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CP	Consulta Pública
CPA	Comissão Permanente de Assessoramento
CRH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CTAS	Câmara Técnica de Águas Subterrânea
CTU	Câmara Técnica do Uruguai
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental
GT	Grupo de Trabalho
RI	Regimento Interno
RS	Rio Grande do Sul
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SERH	Sistema Estadual de Recursos Hídricos
SNRH	Sistema Nacional de Recursos Hídricos
Sr.	Senhor
Sra.	Senhora
UPG	Unidade de Planejamento e Gestão

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	**15**
2	**DEFINIÇÃO DO PROBLEMA**	**18**
2.1	JUSTIFICATIVA	19
2.2	OBJETIVOS	21
2.2.1	**Objetivo Geral**	**21**
2.2.2	**Objetivos Específicos**	**21**
2.3	CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA	22
2.3.1	**Marco legal da gestão dos recursos hídricos**	**22**
2.3.1.1	Histórico da participação social na gestão dos recursos hídricos	**23**
2.3.2	**Gestão dos Recursos Hídricos no Rio Grande do Sul**	**27**
2.3.2.1	Bacia Hidrográfica dos rios Turvo Santa Rosa Santo Cristo	29
2.3.2.2	Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica dos rios Turvo Santa Rosa Santo Cristo	32
3	**REVISÃO TEÓRICA**	**36**
3.1	REVISANDO CONCEITOS	36
3.1.1	**Estado**	**36**
3.1.2	**Sociedade**	**37**
3.1.3	**Cidadania**	**37**
3.1.4	**Espaço Público**	**37**
3.1.5	**Direito de Participação Social**	**38**
3.2	DESCENTRALIZAÇÃO DAS POLITICAS PÚBLICAS	38
3.2.1	**Participação Social**	**39**
3.2.2	**Participação Social na Gestão dos Recursos Hídricos**	**42**
4	**PROCEDIMENTO METODOLÓGICO**	**44**
5	**APRESENTAÇÃO E ANALISE DOS DADOS**	**47**
5.1	PROCESSO DE PLANEJAMENTO DE USOS DA ÁGUA	47
5.1.1	**Responsabilidades no processo de Planejamento**	**49**
5.1.2	**Cronograma das atividades do processo de Planejamento**	**50**
5.1.3	**Unidades de Planejamento e Gestão**	**51**
5.2	MOBILIZAÇÃO SOCIAL	52
5.2.1	**Gestão compartilhada do Comitê**	**53**
5.2.1.1	Comissão Permanente de Assessoramento - CPA	53

5.2.1.2	Grupos de Trabalho - GT	54
5.2.2	**Mobilizando através da informação .....**	56
5.2.2.1	Canais de acesso	57
5.2.2.2	Mecanismos de disseminação	58
5.2.2.3	Educação Ambiental	60
5.2.3	**Descrição das práticas .....**	**62**
5.2.3.1	Redes Cooperação	63
5.2.3.2	Brincando de Enquadramento	64
5.2.3.3	Calendário Ambiental.....	65
5.2.3.4	Reuniões itinerantes em locais públicos	66
5.2.3.5	Encontro pelas Águas.....	67
5.2.3.6	Projeto Comitê das Águas nas Escolas	68
5.2.3.7	Reuniões setoriais	69
5.2.3.8	Seminário para o Enquadramento	70
5.2.3.8.1	Atores Interno	70
5.2.3.8.2	Atores Externo	71
5.2.3.9	Newsletter.....	72
5.2.3.10	Semana Municipal da Água.....	73
5.2.3.11	Audiência Pública	74
5.2.3.12	Apresentação do Diagnóstico da Bacia Hidrográfica	75
5.2.3.13	Consultas Públicas	76
5.3	PARTICIPAÇÃO SOCIAL	78
5.3.1	**Participação dos representantes do Comitê em reuniões de plenária .....**	**79**
5.3.2	**Participação externa nas reuniões de plenária .....**	**84**
5.3.3	**Participação Social nos eventos de mobilização social externos .....**	**85**
5.3.3.1	Participação Social nas atividades de Educação Ambiental	86
5.3.3.2	Participação Social nas reuniões setoriais	86
5.3.3.3	Participação Social em eventos de preparação para as Consultas Públicas	87
5.3.3.4	Participação Social nas Consultas Públicas	88
5.4	PESQUISA DE PERCEPÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ NO	90

DESENVOLVIMENTO DAS CONSULTAS PÚBLICAS .....
6 CONCLUSÃO 92
6.1 PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO 98
6.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS 98
6.2.1 Limitações desta pesquisa 99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 100
GLOSSÁRIO 104

1. INTRODUÇÃO

Mesmo sendo o nosso planeta constituído de 2/3 de água, cada vez mais se percebe a presença nas agendas de governo, espaços para discutir ações para a preservação e recuperação dos recursos hídricos. Este fato está relacionado à distribuição de água no planeta, sua degradação e a democratização das politicas públicas.

Conforme dados disponibilizados pela Agência Nacional da Água – ANA, 97% da água do planeta são salgadas, ou seja, não propícia para o consumo humano, ou a um custo muito elevado para a grande maioria da população. Em torno de 2,5% são doces e estão localizadas nas geleiras do Ártico e Antártida, não disponível para o consumo humano. Assim sendo, a água doce necessária para a sobrevivência do ser humano e de todo o ecossistema, dependem de 0,5% da água disponível no planeta, que estão ainda localizadas em aquíferos no subsolo e na superfície, como nos rios, lagos, lagoas, etc.

No Brasil está concentrada cerca de 12% das reservas hídricas mundiais. Isto não significa que se tem uma situação diferente dos demais países, já que está distribuída de forma diferente da concentração da população brasileira, conforme podemos verificar abaixo.

Região	Área %	Água %	População %
Norte	43,30	68,50	6,99
Centro – Oeste	18,80	12,80	6,41
Sul	6,80	6,50	15,50
Sudeste	10,80	6,00	42,65
Nordeste	18,30	3,30	28,91

Quadro 1 – Comparativo da distribuição água no Brasil %
Fonte: Plano Nacional de Recursos Hídricos (2006)

Além da não uniformidade da oferta de água, a degradação ambiental, as concentrações populacionais desordenadas, o aumento da industrialização, os diversos usos, o estilo de vida da população e o desperdício deste precioso líquido, contribuem para que esta problemática se torne uma prioridade nas agendas de governo.

Considerando-se a água como fator essencial no processo de desenvolvimento, faz-se necessário à implementação de um modelo de gestão para os recursos hídricos que agregue os diversos saberes e responsabilidades, buscando consenso na construção e implementação das politicas públicas para os recursos hídricos.

A origem do atual processo de Planejamento dos Usos da Água da Bacia Hidrográfica dos rios Turvo Santa Rosa Santo Cristo referencia-se na Constituição Federal de 1988, em que, conforme Cánepa (2011), o Brasil estabeleceu o domínio público de suas águas: as águas superficiais têm o seu domínio repartido entre a União e os estados federados: as águas subterrâneas passam a ser de domínio dos estados. A partir dela não existe mais domínio municipal ou privado das águas do país. Assim os estados estabeleceram, em suas respectivas Constituições dispositivos de domínio e gestão das águas em consonância com a Constituição Federal. No estado de São Paulo (1992), rio Grande do Sul (1994) e a Lei Federal (1997) predominando a gestão dos recursos hídricos de forma descentralizada e participativa, oferecendo espaço deliberativo à sociedade.

Para atingir o objetivo, tanto legal quanto institucional foi normatizado que, a unidade de planejamento e gestão é a bacia hidrográfica[1], ficando mais perto do cidadão que interagem com o recurso hídrico. Para contemplar a participação social, foram instituídos comitês de gerenciamento de bacia hidrográfica, sendo formados por representantes dos usuários da água, sociedade civil organizada e poder público.

Esta pesquisa insere-se no contexto acima descrito e motivado pela participação direta da autora na vivência desse processo, enriquecido pela analise da bibliografia existente e documentos elaborados no processo.

---

[1]Uma bacia hidrográfica ou bacia de drenagem de um curso de água é o conjunto de terras que fazem a drenagem da água das precipitações para esse curso de água e seus afluentes.
Bacia Hidrográfica A formação da bacia hidrográfica dá-se através dos desníveis dos terrenos que orientam os cursos da água, sempre das áreas mais altas para as mais baixas. Essa área é limitada por um divisor de águas que a separa das bacias adjacentes e que pode ser determinado nas cartas topográficas. As águas superficiais, originárias de qualquer ponto da área delimitada pelo divisor, saem da bacia passando pela seção definida e a água que precipita fora da área da bacia não contribui para o escoamento na seção considerada. Assim, o conceito de bacia hidrográfica pode ser entendido através de dois aspetos: rede hidrográfica e relevo. Em qualquer mapa geográfico as terras podem ser subdivididas nas bacias hidrográficas dos vários rios. (Wikipédia, 2012)

Este trabalho pretende analisar a participação social na gestão dos recursos hídricos, especificamente o envolvimento da comunidade no processo de Planejamento de Usos da Água na Bacia Hidrográfica dos rios Turvo Santa Rosa Santo Cristo - Enquadramento. O processo iniciou em 2010, com previsão de termino em junho de 2012, sendo que esta pesquisa se limitará até março de 2012. O foco será o período da realização de um dos instrumentos de planejamento dos recursos hídricos – o Plano de Bacia – que deve envolver a comunidade numa construção coletiva que contemple a quantidade e qualidade da água, evitando assim possíveis conflitos.

O primeiro capítulo refere-se à introdução do trabalho, quanto seus aspectos de discussão.

No segundo capítulo será descrito o problema a ser respondido, os objetivos a que se propõe, a justificativa, a caracterização do campo de pesquisa - o marco legal dos recursos hídricos incluindo o histórico do desenvolvimento da gestão participativa em nosso país, a gestão dos recursos hídricos no rio Grande do Sul, a bacia hidrográfica e do Comitê.

No terceiro capítulo teremos a revisão teórica, que abordará conceitos associados aos temas da participação social nas politicas públicas e em especial na gestão dos recursos hídricos.

No quarto capítulo, teremos o procedimento metodológico a ser aplicado na busca dos resultados desta pesquisa.

No quinto capitulo será apresentado o processo de Planejamento de Usos da Água - Enquadramento, os dados da mobilização social efetuado pelo Comitê e a análise da participação social no processo.

E por fim, no sexto capitulo teremos a conclusão da pesquisa realizada e proposta de encaminhamento.

2. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Os comitês de bacia, formados por usuários da água, sociedade civil organizada e poder público estadual e federal, conforme a Lei 10.350 de 1994, no seu artigo 19 tem como principais atribuições:

Art.19 - O Comitê tem como atribuições:

I - encaminhar ao Departamento de Recursos Hídricos a proposta relativa à bacia hidrográfica, contemplando, inclusive, objetivos de qualidade, para ser incluída no anteprojeto de lei do Plano Estadual de Recursos Hídricos;

II - conhecer e manifestar-se sobre o anteprojeto de lei do Plano Estadual de Recursos Hídricos previamente ao seu encaminhamento ao Governador do Estado;

III - aprovar o Plano da respectiva bacia hidrográfica e acompanhar sua implementação;

IV - apreciar o relatório anual sobre a situação dos recursos hídricos do Rio Grande do Sul;

V - propor ao órgão competente o enquadramento dos corpos de água da bacia hidrográfica em classes de uso e conservação;

VI - aprovar os valores a serem cobrados pelo uso da água da bacia hidrográfica;

VII - realizar o rateio dos custos de obras de interesse comum a serem executados na bacia hidrográfica; (Lei 10.350, 1994)

Em janeiro de 2010, atendendo a quinta (V) atribuição prescrita na legislação, o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do rio Turvo Santa Rosa Santo Cristo, deu inicio a realização do seu Plano de Bacia.

---

[2]Resolução CONAMA 357/05 - Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.

Teve inicio na formatação do Termo de Referência – TR, para contratar a empresa responsável para fazer o assessoramento e realizar o levantamento das informações para o processo de Planejamento dos Usos da Água da Bacia Hidrográfica – Enquadramento, conforme Resolução² 357/05 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CONAMA, que será descrito no quinto capítulo.

A participação da comunidade é fundamental já que está sendo decidido o futuro das águas da bacia hidrográfica, conforme descrito por Pereira e Formiga – Johnsson (2004), com a inovação institucional ocorreu a incorporação da demanda por descentralização e participação da sociedade ante a criação de organismos de tomada de decisão em nível nacional, estadual e de bacia (conselho e comitês) que passaram a incorporar novos atores (municípios, usuários e organizações civis) ao processo de gestão, sendo importante notar que os comitês, como órgão de Estado, possuem atribuição própria, conforme descrito anteriormente, não podendo ser confundido com as atribuições e responsabilidade de Estado de regulação e fiscalização, constitucionalmente definidas.

Após a conclusão do processo de Planejamento, o enquadramento das águas por classe de qualidade, deverá tornar-se lei e deverá ser observado para os demais planos de desenvolvimento municipal e regional, como utilização do solo, saneamento, licenciamentos ambientais, interferindo assim na vida dos 373 mil habitantes da bacia hidrográfica.

Assim, considerando-se que o Comitê de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica do rio Turvo Santa Rosa Santo Cristo está realizando o seu Plano de Bacia através do processo de Planejamento dos Usos da Água – Enquadramento, a pergunta que o presente trabalho se propõe a responder é:

O modelo de gestão de recursos hídricos existente contempla a participação social no processo de Planejamento dos Usos da Água na Bacia Hidrográfica do rio Turvo Santa Rosa Santo Cristo - Enquadramento?

2.1 JUSTIFICATIVA

A legislação brasileira estabelece que: a água é um bem público; o princípio da descentralização, instituindo o Sistema Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Recursos Hídricos; que a bacia hidrográfica é a unidade de planejamento e gestão; e estabelece que a participação social acontece através da participação da população da bacia nos diversos comitês.

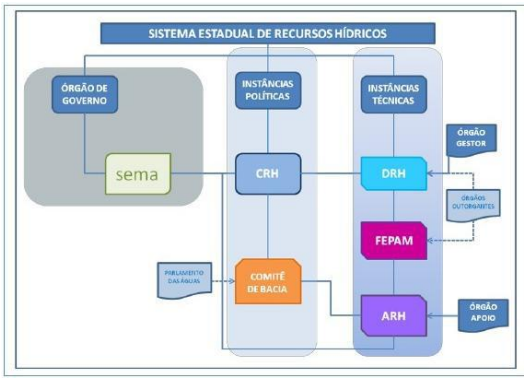

Figura 1 – Sistema Estadual de Recursos Hídricos
Fonte: SEMA/RS

Há algum tempo as águas eram límpidas e abundantes[3]. Nesta época utilizávamos este recurso natural sem preocupação com a escassez. Hoje, nos encontramos diante de uma nova realidade, onde o desperdício e a forma inadequada de uso da água tornou este bem de domínio público, um recurso limitado.

O mau uso caracteriza-se tanto pela retirada excessiva, abuso ou o desperdício (que reduz a quantidade) quanto pelas atividades que resultam na perda de qualidade (como por exemplo, o lançamento de esgotos nos rios).

O cuidado com a água é uma responsabilidade de todos nós, das instituições governamentais, representantes da sociedade e usuários. O Sistema Estadual de Recursos Hídricos segue um modelo descentralizado, com participação da sociedade organizada em comitês.

Desta forma, o Estado compartilha a gestão das águas com a população de cada bacia hidrográfica.

---

[3]Texto do Plano de Bacia do Tramandaí, com adaptação por esta autora.

A gestão das águas é um processo pelo qual os recursos hídricos são administrados para que sejam evitados problemas de escassez ou comprometimento da qualidade.

Enquadrar as águas da Bacia é estabelecer quais usos os cidadãos desejam para o futuro. Através do enquadramento, a sociedade toma decisões e compromete-se com as mudanças que são necessárias para que suas escolhas sejam atingidas.

O processo de Planejamento busca equacionar a qualidade de água, com os usos elencados pela sociedade. Neste processo a comunidade deve manifestar seus interesses em relação aos usos pretendidos.

Desta forma, mostra-se de grande importância verificar se a participação social no processo de Planejamento dos Usos da Água na Bacia Hidrográfica do rio Turvo Santa Rosa Santo Cristo aconteceu conforme o modelo atual para a gestão dos recursos hídricos, quanto a participação social nas decisões, já que é um momento de decisão, com consequências para o futuro das águas e para a comunidade da bacia.

2.2 OBJETIVOS

Os seguintes objetivos foram traçados para possibilitar a resposta da questão proposta por esse trabalho:

2.2.1 Objetivo Geral

Analisar a participação social no processo de Planejamento dos Usos da Água na Bacia Hidrográfica do rio Turvo Santa Rosa Santo Cristo – Enquadramento.

2.2.2 Objetivos Específicos

Descrever o processo de Planejamento dos Usos da Água na Bacia Hidrográfica do rio Turvo Santa Rosa Santo Cristo - Enquadramento;

Analisar a metodologia utilizada pelo Comitê para mobilizar a comunidade; os espaços oferecidos/disponibilizados; e os mecanismos de disseminação das informações, para a comunidade da bacia hidrográfica poder interagir no processo de Planejamento;

Avaliar a participação social no processo.

2.3 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

No inicio dos anos 1990, durante o processo de reforma da administração pública, a descentralização e a participação social foram centro de mudanças, trazendo para a formulação das politicas públicas locais a própria sociedade.

2.3.1 Marco legal na Gestão dos Recursos Hídricos

Na Constituição Federal Brasileira - CF de 1988, novos conceitos foram introduzidos, nos diversos setores da sociedade. A questão água está regulamentada na CF de 1988, quanto a dominialidade da água no seu artigo 20 (inciso III), onde firma que a água é um bem público, fazendo uma alteração significativa no que constava no “Código da Água” de 1934.

> Art. 20. São bens da União:
> III - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais; (CF,1988)

Hardin (1968), ensina;

> ...não interessa, hoje, como e quanto os antepassados poluíram, que diziam, e eram, então comprovado, que a poluição gerada estaria diluída dez quilômetros rio abaixo. A questão atual é que a população cresceu,

> ficou densa e os processo naturais de natureza química e biológica ficaram saturados e levaram a uma nova redefinição dos direitos de propriedade.

Dando continuidade a institucionalização dos conceitos na CF, esta estabelece que é de responsabilidade da União instituir o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, no seu artigo 21 (inciso XIX), bem como definir critérios de outorga de direitos de seu uso.

Após vários anos de discussão foi instituída a Lei 9.433 de 1997, que institui o Sistema Nacional de Recursos Hídricos e a Politica Nacional de Recursos Hídricos, tendo como fundamento:

I - a água é um bem de domínio público;

II - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;

III- em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação dos animais;

IV- a bacia hidrográfica é a unidade territorial de planejamento e gestão;

V- a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

2.3.1.1 Histórico da participação social na gestão dos recursos hídricos[4]

A sociedade brasileira deu seus primeiros passos para a conformação de um aparato legal e institucional destinado ao controle sobre o uso dos seus recursos naturais somente com o advento da República.

A primeira Constituição republicana, promulgada em 1891, continha apenas uma referência indireta ao uso dos recursos hídricos, ao mencionar a navegação.

---

[4]Texto do Plano Nacional dos Recursos Hídricos, Brasília, 2006

Assim, a preocupação em regulamentar o uso e as múltiplas finalidades dos recursos hídricos ficou relegada ao Código Civil, que só veio à luz em 1916, contendo disposições quanto às relações entre particulares e à prevenção ou solução de conflitos gerados pelo uso da água.

Logo, porém, a Administração Federal percebe a necessidade de buscar a imposição de normas reguladoras, uma vez que os serviços concedidos permaneciam precários.

Era preciso, no entanto, superar a cultura marcada pelo patrimonialismo clássico, que fora expressa na Constituição, cujo texto reconhecia o direito à propriedade, sem especificar a dominialidade das águas, entendendo-se que esta acompanhava a propriedade do solo.

Assim, após mais de 20 anos de discussões, em 1934 foi sancionado o Código de Águas, considerado inovador para a época e mundialmente respeitado como uma das mais completas normas legais sobre águas já concebidas.

De acordo com o Código, a água foi dividida em águas públicas, águas comuns e águas particulares.

Em 1965, foi criado o Departamento Nacional de Águas e Energia, que, em 1969, passou a ser denominado de Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), assumindo as atribuições do Conselho Nacional de Energia Elétrica, além de executar o Código de Águas, cuidando do regime hidrológico nacional nos rios de domínio da União, o que lhe atribuiu a competência para outorgar as concessões, as autorizações e as permissões de direitos de usos da água.

Até os anos 70, as questões relacionadas à administração dos problemas de recursos hídricos eram consideradas a partir das perspectivas dos setores usuários das águas ou segundo políticas específicas de combate aos efeitos das secas e das inundações. Ainda não se observavam preocupações relacionadas às necessidades de conservação e preservação, principalmente em razão da abundância relativa de água no país e da percepção de que se tratava de um recurso renovável e, portanto, infinito.

No contexto internacional, a partir da década de 1970, podia-se observar uma crescente preocupação com a tutela ambiental, deflagrada com a Conferência de Estocolmo, sobre meio ambiente, realizada em 1972.

Em 1977, a Conferência das Nações Unidas sobre a Água, em Mar Del Plata, Argentina, acordou que todos os povos têm direito à água potável necessária para satisfazer suas necessidades essenciais.

Diante do processo de industrialização do país, as preocupações com os aspectos relacionados à conservação quantitativa e qualitativa dos recursos hídricos passam a fazer parte da agenda das instituições cujas atribuições estavam direta ou indiretamente relacionadas a essa questão. Nesse período, foram iniciadas as primeiras experiências em gestão integrada por bacia hidrográfica, por iniciativa do Governo Federal.

Em âmbito nacional, foi criado o Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas (CEEIBH), com a finalidade de promover a utilização racional dos recursos hídricos das bacias hidrográficas dos rios federais, por meio da integração dos planos e dos estudos setoriais em desenvolvimento pelas diversas instituições.

Destaca-se, nessa época, a edição de portarias interministeriais que recomendaram a classificação e o enquadramento dos corpos de água brasileiros.

O CEEIBH funcionava por meio de informações e suporte advindos de comitês executivos que tinham as bacias hidrográficas como área de atuação. Foi relativo o êxito alcançado por esses comitês, principalmente em razão da crise institucional que originou a desmobilização do CEEIBH, refletindo o processo de redemocratização e descentralização vivido no país a partir de meados da década de 1980.

A reinstalação da democracia no país e a promulgação da Constituição Federal de 1988 representam marcos referenciais importantes da atual etapa da gestão integrada dos recursos hídricos no Brasil. A Constituição vigente determinou ser de competência da União, instituir o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), bem como definir critérios de outorga de direito de uso dos recursos hídricos (inciso XIX, art. 21). O texto constitucional aboliu a figura

da propriedade privada da água, que era prevista no Código de Águas, dividindo o domínio das águas entre a União e os estados.

No cenário internacional, o final da década de 1980 foi marcado por importantes avanços relativos à questão ambiental. É nesse período que o conceito de desenvolvimento sustentável torna-se mundialmente conhecido, quando, em 1987, foi publicado o relatório *Nosso futuro comum,* da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMD), conhecida como Comissão Brundtland.

Em 1992, a Conferência de Dublin apontou a existência de sérios problemas relacionados à disponibilidade de água para a humanidade e estabeleceu princípios para sua gestão sustentável. Os princípios de Dublin sobre a água foram referendados na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad), a ECO-92, realizada no Rio de Janeiro em 1992. O centro dos debates dessa conferência foram as preocupações com a forma de se atingir o desenvolvimento sustentável, e, entre os vários documentos produzidos, o de maior importância foi a Agenda 21, que apresenta um plano de ação para alcançá-lo.

São inegáveis os benefícios conquistados no país desde a ECO-92, e dignos de nota são os esforços realizados nos últimos anos para consolidar a política ambiental, seja na estruturação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), na modernização dos instrumentos da política, como na concepção e na execução de programas inovadores.

Em 1991, inicia-se o processo de tramitação do projeto de lei federal que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). Esse projeto tramitou por mais de cinco anos no Congresso Nacional e foi marcado por amplos debates, seminários e audiências públicas. Refletindo os princípios resultantes da Conferência de Dublin, referendados na ECO-92, bem como visando a regulamentar o inciso XIX, art. 21, da Constituição Federal de 1988, e com base nos dispositivos constitucionais, foi instituída a Política Nacional de Recursos Hídricos pela Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Essa política demonstra a importância da água e reforça seu reconhecimento como elemento indispensável a todos os ecossistemas terrestre, como bem dotado de valor econômico, além de estabelecer que sua gestão seja estruturada de forma integrada, necessitando de efetiva participação social.

Em 1995, o Governo Federal criou o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, atual Ministério do Meio Ambiente. No mesmo ano, foi instituída a Secretaria de Recursos Hídricos (SRH).

Com a sanção da Lei nº 9.433/1997, os estados passaram a agilizar a instituição de suas políticas de recursos hídricos, tendo como referência a legislação federal. Alguns entes federados, que já possuíam sua legislação, revogaram suas leis e sancionaram outras, procurando adequar-se à lei federal e consoante com o previsto na Constituição ou Carta Magna de 1988.

O modelo de gerenciamento adotado no Brasil incorpora novos princípios e instrumentos de gestão, embora já aceitos e praticados em vários países, enquadra-se no modelo sistêmico de integração participativa, que determina a criação de uma estrutura, na forma de matriz institucional de gerenciamento, responsável pela execução de funções específicas, e adota o planejamento estratégico por bacia hidrográfica, a tomada de decisão por intermédio de deliberações multilaterais e descentralizadas e o estabelecimento de instrumentos legais e financeiros.

Nessa perspectiva, destaca-se que o estabelecimento deste Plano Nacional de Recursos Hídricos vem ao encontro das recomendações estabelecidas na Cúpula Mundial de Johannesburgo para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), ocorrida em 2002, que, por sua vez, contribuem para o alcance das Metas de Desenvolvimento do Milênio no tocante à temática água.

2.3.2 Gestão dos Recursos Hídricos no Rio Grande do Sul

A Constituição Federal de 1988 trouxe novos conceitos para o cenário dos recursos hídricos, um deles concerne na dominialidade da água, conforme o Art. 26:

> Art. 26. Incluem-se entre os bens dos Estados:
> I - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União; (CF, 1988)

Para atendimento a este quesito, a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1989, ratifica o papel do Estado, como agente regulador apresentando

instrumentos e princípios de gestão instituindo o Sistema Estadual dos Recursos Hídricos, conforme consta no artigo 171.

> Art. 171 - Fica instituído o sistema estadual de recursos hídricos, integrado ao sistema nacional de gerenciamento desses recursos, adotando as bacias hidrográficas como unidade básica de planejamento e gestão, observados os aspectos de uso e ocupação do solo. (CERGS, 1989)

Em 1994 foi aprovada a Lei 10.350, que institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos do RGS e a Politica Estadual de Recursos Hídricos, com suas instâncias técnicas e politica para a gestão dos recursos hídricos, tendo como objetivo a harmonização dos múltiplos e competitivos usos, e diretrizes conforme abaixo:

> Art. 4º - São diretrizes específicas da Política Estadual de Recursos Hídricos:
> I - descentralização da ação do Estado por regiões e bacias hidrográficas;
> II - participação comunitária através da criação de Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas congregando usuários de água, representantes políticos e de entidades atuantes na respectiva bacia; (Lei 10.350, 1994).

A participação da sociedade na gestão das águas, através dos comitês de bacia, é conhecida, por “parlamentos das águas” instância de articulação e negociação dos assuntos de interesse comum dos diversos usuários da água.

Pela importância da temática “Água”, o estado do Rio Grande do Sul foi dividido em três Regiões Hidrográficas (Uruguai, Guaíba e Litoral) que prevê a criação de três Agências de Regiões Hidrográficas para dar suporte técnico e institucional aos comitês de bacia.

Também ocorreu a divisão do território do estado em 25 bacias hidrográficas, sendo uma delas a bacia hidrográfica dos rios Turvo Santa Rosa Santo Cristo – U30, já que pertence a Região Hidrográfica do Uruguai. Em cada bacia hidrográfica foi instituído um comitê de gerenciamento de bacia hidrográfica que contempla a participação da sociedade da bacia, nas deliberações referente aos diversos interesses de uso dos recursos hídricos existentes.

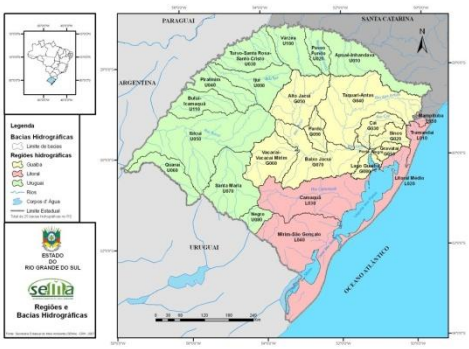

Figura 2 – Divisão do estado por Região Hidrográfica e Bacias Hidrográficas
Fonte: SEMA/RS

Figura 3 – Localização da Bacia Hidrográfica Turvo Santa Rosa Santo Cristo
Fonte: SEMA/RS

Para melhor identificação da especificidade desta pesquisa, torna-se importante caracterizar o espaço geográfico da bacia hidrográfica e a formação do comitê de bacia.

2.3.2.1 Bacia Hidrográfica dos rios Turvo Santa Rosa Santo Cristo

A Bacia Hidrográfica dos rios Turvo Santa Rosa Santo Cristo[5] localiza-se na região norte – noroeste do estado do Rio Grande do Sul, entre as coordenadas geográficas 27°07' e 28°13' de latitude Sul e 53°24' e 55°20' de longitude Oeste, abrangendo 52 municípios e drenando uma área de 10.753,83 km², com população de 373 mil habitantes.

Seus principais formadores são os rios Amandaú, Buricá, Comandaí, Lajeado Grande, Santo Cristo, Santa Rosa, Turvo e outros afluentes menores que drenam diretamente para o Rio Uruguai.

---

[5]Texto disposto no site da SEMA e folder do Planejamento de Usos da Água realizado por ENGEPLUS Engenharia, com modificação pela autora.

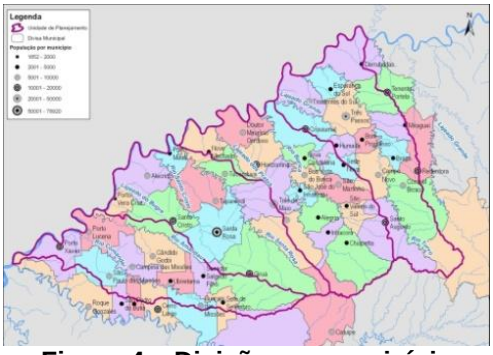

Figura 4 – Divisão por município
Fonte: RT 1 ENGEPLUS

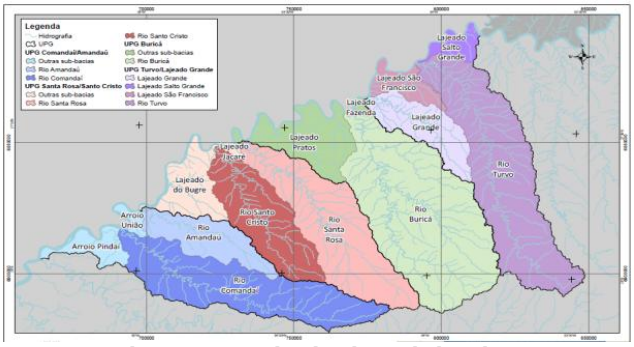

Figura 5 – Principais sub bacias
Fonte: RT3 ENGEPLUS

Cerca de 55% da área da bacia é utilizada com cultivos agrícolas, principalmente soja, milho e trigo. As áreas irrigadas, principalmente com milho, atingem 7.300 hectares, sendo que o potencial de terras aptas à irrigação é de 726 mil hectares. A região se destaca na produção de suínos, com 20% do rebanho do estado, o que equivale a cerca de 1.120.000 cabeças.

A região noroeste do estado, onde se localiza a U30, produz cerca de 1/3 do leite do RS, sendo que no ano de 2009, a bacia foi responsável por 20% da produção estadual.

A vegetação nativa ainda recobre aproximadamente 23% da área das bacias, destacando-se o Parque Estadual do Turvo e a Terra Indígena Inhacorá. Observa-se que grande parte da vegetação que integrava as áreas de preservação permanente (ao longo dos rios) foi removida para a expansão da agricultura.

Os principais usos da água são o abastecimento populacional e industrial (9%); irrigação (52%); dessedentação de animal (37%); aquicultura (2%); geração de energia; lazer e pesca. O consumo total de água atinge 3.442 litros por segundo, sendo que 63% da demanda para o abastecimento público é atendida por águas subterrâneas. Nas partes altas (próximo a nascente) dos rios Turvo e Buricá, devido à irrigação, já existe comprometimento da disponibilidade de água, principalmente no mês de dezembro.

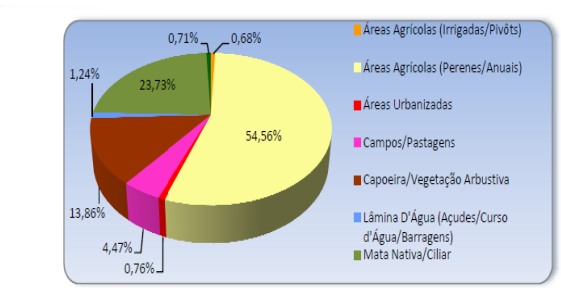

Figura 6 – Uso do solo da bacia
Fonte: RT3 ENGEPLUS Engenharia

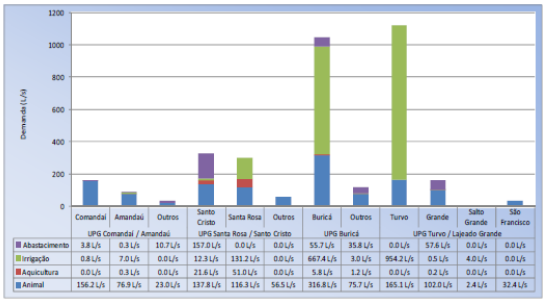

Figura 7 – Principais usos da água
Fonte: RT3 ENGEPLUS Engenharia

Na bacia U30 a coleta e tratamento de esgoto doméstico são quase inexistentes, a maioria da população adota fossas sépticas.

No que tange a qualidade da água, embora para os parâmetros analisados, a Classe 1 seja atendida na maior parte do tempo, verificou-se o comprometimento da qualidade em decorrência do lançamento de cargas orgânicas, de origem urbana e de efluentes da suinocultura.

Este comprometimento manifesta-se principalmente nas elevadas concentrações de coliformes termotolerantes, cujos níveis são compatíveis com as Classes 3 e 4 estabelecidas na Resolução CONAMA nº 357/2005. A redução de aporte de cargas orgânicas de origem urbana, principalmente por intermédio da implantação de sistemas de coleta e tratamento de esgotos e daquelas provenientes da suinocultura, mostra-se como um dos principais problemas da bacia, haja vista o caráter difuso das fontes de origem, o que requer ações articuladas e de grande abrangência territorial.

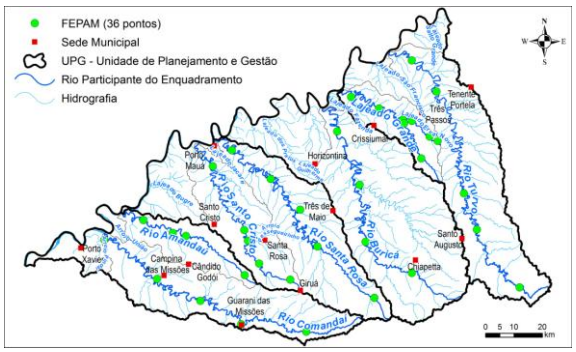

Figura 8 – Rede de monitoramento da qualidade da água
Fonte: ENGEPLUS Engenharia

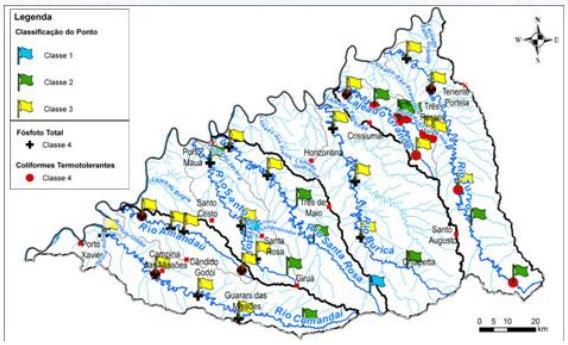

Figura 9 – Qualidade da água na vazão de referência Q90
Fonte: ENGEPLUS Engenharia

2.3.2.2 Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica dos rios Turvo Santa Rosa Santo Cristo

Conforme Lei 10.350/94, no seu Art. 12 prevê que em cada bacia hidrográfica será instituído um Comitê de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica, ao qual caberá a coordenação programática das atividades dos agentes públicos e privados, relacionados aos recursos hídricos, compatibilizando, no âmbito espacial da sua respectiva bacia, as metas do Plano Estadual de Recursos Hídricos com a crescente melhoria da qualidade dos corpos de água.

O Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do rio Turvo Santa Rosa Santo Cristo, faz parte do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, sendo uma das instâncias política de Estado, instituído através do Decreto Estadual nº 41.325 de 14 de janeiro de 2002 e instalado no dia 06 de junho de 2002. Funcionou como Comissão Provisória no período de 25 de maio de 2000 até 13 de janeiro de 2002.

O Comitê[6] é um colegiado composto por representantes da bacia hidrográfica a quem cabe, por força da lei, definir as questões relativas às águas da bacia, tanto no presente, quanto no futuro.

Tem como principal função discutir e delibera sobre os assuntos de interesse comum aos diversos usos da água, definindo prioridades e intervenções necessárias à gestão integrada da bacia hidrográfica.

De acordo com a legislação, a representação da sociedade no Comitê, deve apresentar a seguinte composição: 40% de representantes dos usuários da água; 40% de representantes da população da bacia; e 20 % de órgãos públicos federais e estaduais.

No comitê estão representados como usuários da água: concessionária de serviços de saneamento, prefeituras municipais, cooperativas de energia elétrica, cooperativas agrícolas, sindicatos rurais, entidades representativas da indústria, lazer e turismo.

---

[6]Texto folder Enquadramento das Águas Superficiais – ENGEPLUS Engenharia 2012

Figura 10 – Gestão compartilhada
Fonte: Arquivo do Comitê – origem apresentações no SERH

Figura 11 – Reunião de plenária em Santo Augusto na Câmara Municipal de Vereadores
Fonte: Arquivos do Comitê

Representando a sociedade, o Comitê é composto por: câmara de vereadores, associações comunitárias, instituições de ensino, pesquisa e extensão, organizações ambientalistas, associações profissionais, organizações sindicais, setor de comunicação e clube de serviços comunitário.

O Comitê conta ainda com a representatividade de secretarias federais e estaduais. Inseridos também os órgãos ambientais do estado, de fiscalização e licenciamento que participam como representantes no comitê, sem direito voto, mas com grande importância nas discussões e deliberações que são a: Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM e Batalhão Policiamento Ambiental – PATRAM.

A manutenção financeira do comitê é através de convênio entre a Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA e UNIJUI para um período de cinco anos (2007 a 2012), para realizar as atividades propostas no Plano de Trabalho.

A funcionalidade do Comitê obedece ao Regimento Interno - RI, devidamente aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH[7].

Este prevê uma direção composta por presidente e vice presidente, devidamente eleitos pelos representantes das entidades que fazem parte do Comitê, contando com uma secretaria executiva para as atividades administrativas.

---

[7]CRH - Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Órgão deliberativo superior do Sistema, que deve resolver os conflitos de água em última instância, formado por um colegiado de Secretários de Estado e de representantes dos Comitês de Bacias e dos Sistemas Nacionais de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente. (SEMA, 2012)

A direção é eleita pelos representantes das entidades membro para conduzir as ações do comitê por dois anos, com direito a uma reeleição.

Também, a partir de 2010, no inicio de cada ano é realizado pela CPA (direção e demais membros) o Planejamento Estratégico para definição da dinâmica do Comitê, tendo como base o Plano de Trabalho fruto do convênio SEMA/UNIJUI/Comitê, revisão das atas anteriores onde constam solicitações, sugestões dos representantes e situação atual do Comitê e Sistema Estadual de Recursos Hídricos - SERH, formatando assim propostas de ações. Esta proposta é apresentada a plenária do Comitê na primeira reunião ordinária para fins de aprovação. No final de cada ano são apresentadas as ações realizadas.

Como a plenária do Comitê estão inseridos os diversos interesses pelo uso da água – usos consuntivos[8] e não consuntivos[9] – o RI prevê a formação de instâncias intermediárias de decisão como a Comissão Permanente de Assessoramento – CPA, que é formada por representantes das entidades membro, dos usuários da água, da sociedade civil e órgão públicos, com o objetivo de assessorar a direção nas ações desenvolvidas pelo Comitê.

Deve ser ressaltado aqui, que a direção, presidente e vice presidente, estão inseridos nesta comissão, representando os usuários da água, coordenando os trabalhos, o que pode ser entendido como gestão compartilhada[10] do Comitê como estratégia para qualificar as atividades realizadas.

Também a formação de Grupos de Trabalhos - GTs, com a finalidade de realizar e executar tarefas específicas, com duração pré-fixada e são constituídos e desfeitos de acordo com a necessidade.

---

[8]Uso Consuntivo: refere-se aos usos que retiram a água de sua fonte natural diminuindo suas disponibilidades quantitativas, espacial e temporalmente; Ex: Abastecimento Público, Irrigação, Indústria.

[9]Uso Não-consuntivo: refere-se aos usos que retornam à fonte de suprimento, praticamente a totalidade da água utilizada, podendo haver alguma modificação no seu padrão temporal de disponibilidade quantitativa; EX: Geração de energia, lazer, turismo, navegação, (disponível em *www.em.ufop.br/deciv/departamento/.../Aula%2002%20**Uso**s.pdf, Acesso em 02.04.12)*

[10]Para fins deste trabalho, gestão compartilhada se dá na tomada de decisão onde os integrantes mantem a sua autonomia, tornando-se corresponsáveis, a fim de garantir maior qualidade e participação no processo.

Formados por representantes de entidades membro do Comitê e/ou especialistas (Regimento Interno, 2002). As entidades membros são eleitas por um período de dois anos e as entidades representativas da administração direta, federal e estadual, são indicadas a cada dois anos pelos respectivos órgãos de governo.

São realizadas reuniões ordinárias a cada dois meses e extraordinária sempre que necessário, com assinatura em lista de presença e devido registro em ata, sendo que a CPA reúne-se mensalmente.

O Comitê através da sua direção participa do SERH, nas diversas esferas de construções e deliberações do estado, conforme abaixo:

a) Conselho Estadual de Recursos Hídricos – vaga de conselheiro titular;

Câmara Técnica do Uruguai – titular

Câmara Técnica de Águas Subterrânea – titular

b) Conselho Estadual de Saneamento – vaga de conselheiro suplente;

c) Fórum Gaúcho de Comitês de Bacia Hidrográfica – titular.

No capitulo seguinte é realizado a revisão teórica disponível para identificar os conceitos que contribui no entendimento do processo de descentralização das políticas públicas e participação social.

3. REVISÃO TEÓRICA

O presente capítulo contempla os principais conceitos que norteiam a participação da sociedade na construção das politicas públicas; o desenvolvimento da participação social.

3.1 REVISANDO CONCEITOS

Com a inserção de diversos atores, na construção das politicas públicas, cada qual trás para este novo cenário a sua cultura, sua visão e a sua própria interpretação da realidade. Participação, democracia, controle social, parceria, não são, porém, conceitos com igual significado para os diversos atores e têm, para cada um deles, uma construção histórica diferente. (Carvalho, 1998)

3.1.1 Estado

Conforme Coelho (2009) quando nos referimos a Estado, com inicial maiúscula estamos tratando da organização que exerce o poder supremo sobre o conjunto de indivíduos que ocupam um determinado território.

De acordo com o sociólogo alemão Max Weber (apud Coelho, 2009), o que caracteriza o Estado é o monopólio do exercício legítimo da força em uma sociedade.

E ainda conforme Weber (apud Coelho, 2009), o pensador italiano Norberto Bobbio, iria ainda pôr em destaque duas características distintivas do poder estatal:

- Universalidade: o Estado toma decisões em nome de toda a coletividade que ele representa, e não apenas da parte que exerce o poder.

- Inclusividade: em princípio, nenhuma esfera da vida social encontra-se fora do alcance da intervenção do Estado. Isso, no entanto, não significa que o Estado tenha de intervir ou regular tudo – apenas os Estados totalitários têm essa

pretensão–, mas que é prerrogativa do Estado definir as áreas em que irá ou não irá intervir, conforme o tempo, as circunstâncias e o interesse público.

3.1.2 Sociedade

Para Rua (2009), sociedade é um conjunto de indivíduos, dotados de interesses e recursos de poder diferenciado, que interagem continuamente a fim de satisfazer às suas necessidades. Complementa ainda que a diferenciação faz com que a vida em sociedade seja complexa e potencialmente envolva ao mesmo tempo múltiplas possibilidades de cooperação, competição e conflito.

3.1.3 Cidadania

Consagrado por Marshall (apud Santos, 2009) em meados do século XX, um indivíduo que desfruta da condição de cidadão é aquele que goza dos direitos consignados pelo Estado, bem como a possibilidade de acesso a uma renda adequada, que lhe permita desfrutar de um padrão de vida comum a seus concidadãos. Complementa ainda que a cidadania implica no sentimento de pertencimento e lealdade a uma civilização, que se constitui em patrimônio comum de uma dada coletividade. Tal pertencimento, por sua vez, se estabelece a partir dos deveres de cada indivíduo para com o Estado, mas também – e soberano – pelos direitos que o Estado lhe garante:

- direitos civis, que constituem na liberdade individual, como de expressão e circulação, por exemplo;

- direitos políticos, que fazem referência ao ato de votar e ser votado; e

- direitos sociais, que dizem respeito a um conjunto de garantias legais que assegurem bem-estar econômico, segurança contra riscos sociais e acesso aos bens e serviços essenciais à sobrevivência.

3.1.4 Espaço Público

Conforme Paixão(2010), espaço público destinado à participação social e intervenção na construção das políticas públicas, bem como nas importantes decisões que atingirá a vida da população. Uma das principais características da CF de 1988 é o espaço que ela possibilita para a atuação do cidadão, no exercício da sua cidadania junto à Administração Pública.

Por isso, quando falamos da construção da esfera pública nos referimos a uma nova arquitetura na relação entre o Estado e a sociedade civil que transcende as formas estatais e privadas, para constituir uma nova esfera, onde o público não pode ser associado automaticamente ao Estado, nem o privado se confunde com o mercado, ainda que transitem nesta esfera interesses de sujeitos privados.

3.1.5 Direito de Participação Social

Segundo Paixão (apud CHAUÍ, 2000, p. 559) a participação no poder significava: que todos os cidadãos têm o direito de participar das discussões e deliberações públicas da polis, votando ou revogando decisões. Esse direito possuía um significado muito preciso. Nele afirmava-se que, do ponto de vista político, todos os cidadãos têm competência para opinar e decidir, pois a política não é uma questão técnica (eficácia administrativa e militar) nem científica (conhecimentos especializados sobre administração e guerra), mas ação coletiva, isto é, decisão coletiva quanto aos interesses e direitos da própria pólis. Essa abertura para a participação social legitima nasce com a *Constituição.*

3.2 DESCENTRALIZAÇÃO DAS POLITICAS PÚBLICAS

A descentralização de uma politica pública depende de diversos fatores, o principal deles concerne ao interesse, de uma parte em descentralizar e da outra de receber e desempenhar a função descentralizada. Todavia, diversos atributos – tais como a engenharia operacional das políticas, o legado das politicas, sobre tudo, as regras constitucionais que normatizam as condições de oferta ou de regulação de uso de determinado serviço ou bem, como a água, tem implicações sobre o

processo de descentralização, na mediada em que o comportamento destas variáveis pode implicar custo e benefícios (políticos e financeiros) para os envolvidos (Arretche, 2000).

3.2.1 Participação Social

Há mais de 20 anos da promulgação da nossa Constituição (1988), momento em que o Estado descentralizou as decisões para as unidades federativas (União, estados e municípios) abrindo espaço para a participação do cidadão nas decisões, dos assuntos de interesse coletivo, ainda não tem-se a garantia de uma participação ativa da sociedade, que possa contribuir para o avanço do processo de construção da democracia em nosso país.

Buscando o embasamento teórico, dentro da literatura, conforme Veiga (2007, p. 43,44) dentre as principais teóricas de analise da participação, Gohn (2001) discorreu sobre (i) a liberal – em que a participação, na concepção da liberdade individual, permite o controle do poder do Estado e a reforma da estrutura da democracia representativa no marco das relações capitalistas; (ii) a autoritária, em que está em jogo a interação e o controle da sociedade e da politica em regimes de direita ou de esquerda; (iii) a democrática – que pressupõe a soberania popular e a participação ocorre tanto espontaneamente na sociedade civil como nas instituições formais politicas; e por último a revolucionária (iv) – como forma de luta contra as relações de dominação e pela divisão do poder politico.

Reportando-nos um pouco a história do desenvolvimento das relações Estado/sociedade, percebemos que aconteceram muitas transformações tanto social quanto politica.

No período do império as decisões eram construídas pelo monarca e alguns aristocratas, voltadas para o acumulo de riquezas de poucos, para a elite da época, em especial a manutenção da riqueza real. Conforme Carvalho (1998) nosso país constituiu-se dentro de uma tradição autoritária e excludente, a partir da colônia portuguesa, da escravidão, do Império, de modo que seu povo foi mantido sempre estrangeiro em sua própria terra, à margem da política.

Com a crise econômica da década de 30, o Estado passou a assumir um papel assistencialista, mesmo a sociedade recebendo benefícios, não era chamada a construir uma solução coletiva. O que bem ressaltado por Carvalho (1998) que os movimentos operário, de inspiração anarquista e socialista, juntamente com o movimento camponês e os movimentos urbanos, vem caracterizar, mais propriamente, o que neste século chamamos “movimentos sociais”.

Também, passamos por período de ditadura, autoritário, período este, que as mudanças eram implementadas pela força, conforme descreve Carvalho (1998).

> A implantação da ditadura se faz às custas de uma pesada repressão, com o fechamento de sindicatos, a cassação, tortura e banimento de lideranças sociais e políticas, a censura da imprensa, o fechamento do Congresso e dos partidos, o engessamento das eleições e da política, a destruição dos espaços públicos e da cidadania tão custosamente construídos. Essa destruição da cidadania e da democracia não se dá, no entanto, sem a resistência e o enfrentamento de movimentos sociais, especialmente do movimento estudantil e dos grupos que optam pela luta armada, pelas guerrilhas urbanas e camponesas, inspirados pelas Revoluções Cubana e Chinesa. (Carvalho, 1998:2)

Os movimentos sociais, mesmo que sobre opressão iniciaram a tomar corpo, na busca dos direitos civis, de participação social, melhoria da qualidade de vida e espaço na construção das politicas públicas.

A promulgação da Constituição, conhecida como “Constituição Cidadã”, traz novos conceitos de participação social e democratização. As eleições diretas contribuíram para demonstrar a força dos movimentos sociais. O próprio Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (1995), identificando a necessidade da transformação de um Estado de cultura burocrático, de caráter patrimonialista e clientelista para um Estado de cultura gerencial, tem como objetivos globais; aumentar a governança para atendimento das necessidades do cidadão; limitar a ação do estado àquelas funções que lhe são próprias; transferir para os estados e municípios as ações que são locais; transferir para os estados as ações que são de caráter regional.

As políticas sociais como a saúde, a educação, a assistência social, foram descentralizadas, ficando na responsabilidade do gestor municipal e estadual organizar e implementar as politicas públicas que contemplam a participação da sociedade na construção das soluções.

Ainda conforme Pontual (2008), a existência de mecanismos formais que asseguram o direito da sociedade civil de participar na definição das politicas sociais não é suficiente para garantir esta participação. Mas Também mostra que este quadro muda com a presença de uma sociedade civil organizada e/ou autoridades políticas comprometidas com a democracia participativa.

Conforme Flores e Misoczky (2008), Arnstein (1998) construiu o que chamou de escada da participação cidadã (quadro), um escada em que a participação dos cidadãos aumenta à medida que se sobe.

8.Controle pelo cidadão	Cidadão responsável pelo planejamento, pela politica, assumindo a gestão em sua totalidade, sem intermediários.
7. Delegação de poder	Cidadão ocupando a maioria dos assentos nos comitês, com poder delegado para tomar decisões. Nesse caso o público tem poder para assegurar as contas do programa para si.
6. Parceria	Poder distribuído por uma negociação entre cidadãos e detentores do poder. O planejamento e as decisões são divididos pelos comitês.
5. Pacificação	O cidadão começa a ter certo grau de influência nas decisões, podendo participar do processo de tomada de decisão, entretanto, não existe obrigação dos tomadores de decisão de levar em conta o que ouviram.
4. Consulta	Caracterizado por pesquisas de participação, reuniões de vizinhança, etc. Segundo os autores, serve somente como fachada, não possui muita implicação prática.
3. Informações	Informar as pessoas sobre seus direitos, responsabilidades e opções. Entretanto, trata-se de um fluxo de informações somente de cima para baixo.
2.Terapia	Os técnicos de órgão públicos se escondem atrás de conselhos e comitês participativos para não assumir erros cometidos por eles e diluir a responsabilidade.
1. Manipulação	Tem como objetivo permitir que os atores sociais que conduzem o processo possam educar as pessoas. Manifesta-se em conselhos onde os conselheiros não dispõe de informações, conhecimento e assessoria técnica independe necessários para tomar decisão por conta própria.

Quadro 2 – Escada da participação cidadã
Fonte: Flores e Misoczky(2008)(apud Arnstein, 1998)

Segundo Arnstein (apud Flores e Misoczky, 2008), os dois primeiros degraus (manipulação e terapia) não existem participação. Os três seguintes (informação, consulta e pacificação) sugerem níveis em que acontece uma “politica de menor esforço”. A partir do sexto degrau, parceria, o cidadão começa a ter poder.

Estes “encontros” entre sociedade civil e o governo podem contribuir para a democratização dos espaços públicos se funcionarem “como esforços de controle social do Estado, visando à maior transparência e publicização das políticas públicas, assim como à participação efetiva na sua formulação de setores da

sociedade civil desprovidos de outras formas de acesso a espaços de decisão" (Dagnino, 2002: II)

3.2.2 Participação Social na Gestão dos Recursos Hídricos

O primeiro instrumento de gestão das águas, conhecido como Código das Águas de 1934, trouxe alguns conceitos sobre a dominialidade da água. Na Constituição Federal Brasileira - CF de 1988, novos conceitos foram introduzidos, nos diversos setores da sociedade.

Conforme Milani (2008), com instrumentos como a estratégia de descentralização, a adoção de mecanismos de responsabilidade dos gestores (*responsaveness e accountability*), a gestão pública por resultados, o incremento do controle social, além de dispositivos de participação social que visam chamar o cidadão e organizações civis a serem atores políticos da gestão pública, constrói-se um cenário que propicia alterações significativas também na gestão dos recursos hídricos.

A aprovação da Lei 9.433 de 1997, que institui o Sistema Nacional de Recursos Hídricos e a Politica Nacional de Recursos Hídricos, é um divisor de tempo, conforme descrito por Milani (2008), a descentralização do poder decisório e de recursos, bem como a ampliação e institucionalização da participação são conceitos inovadores e de mudanças para os setores, já que a sociedade, a população da bacia assume o papel de protagonista na implantação de ações de preservação, conservação e recuperação das águas, sendo corresponsável pelo destino da geração atual e futura que dependem dos recursos hídricos para o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Conforme Veiga (2007) o contexto histórico e sócio político em que foi construída a participação da sociedade civil organizada em politicas públicas de gestão das águas tem sido um espaço de conflitos. E ainda, quais os efeitos dessa oferta de participação democrática sobre os atores sociais frente a uma cultura política arraigada em relação de clientelismo com forte centralização e interesses econômicos.

Aborda ainda que o enfrentamento dessas limitações e desafios, a sociedade civil organizada evolui e desenvolve estratégias que lhe permitam não apenas contestar a constituição de espaços decisórios como também se afirmar no processo.

A participação da sociedade na gestão das águas, através dos comitês de bacia, é conhecida, por “parlamentos das águas” instância de articulação e negociação dos assuntos de interesse comum dos diversos usuários da água.

Neste contexto visualizamos que tanto para o Estado, no seu papel de soberano na construção e defesa dos interesses do seu povo, abrir espaço para sociedade interagir nesta construção é dividir o poder. É transformar o governo, do sistema vertical, de cima para baixo, para um sistema horizontal com vários estágios de poder, com diversos olhares e saberes na condução do destino da nação. De maneira semelhante, também o entendimento pela sociedade da necessidade da participação nos espaços de decisão, na construção das políticas públicas, de uma maneira efetiva, abandonando a cultura de aguardar as soluções prontas, somente atende-las e criticá-las, depende de tempo, de sensibilização às mudança que estão ai. Isto é democracia, isto é cidadania.

No próximo capitulo será apresentado o procedimento metodológico a ser aplicada para realizar esta pesquisa.

4. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa terá uma abordagem de caráter qualitativo. Qualitativo segundo GASLAURIERS, 1991 (apud Silveira e Córdova) nesta abordagem o objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações.

Sendo esta de natureza aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos que poderá ser desenvolvido em outros planos de bacias hidrográficas. Esta também tem o objetivo descritivo que conforme TRIVIÑOS, 1987 (apud Silveira e Córdova) exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar e explicativa, pois explica o porquê das coisas através dos resultados oferecidos (GIL,2007). Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade.

O procedimento da pesquisa será através da avaliação documental dos dados e da participação direta junto ao objeto de pesquisa. Será apresentada a metodologia de mobilização social realizada pelo Comitê e os quantitativos da participação da sociedade no processo de Planejamento.

O desenvolvimento desta pesquisa acontecerá em três momentos: no primeiro a descrição do processo de Planejamento de Usos da Água na Bacia Hidrográfica dos rios Turvo Santa Rosa Santo Cristo – Enquadramento; na segunda a metodologia de mobilização social realizada; na terceira a avaliação da participação social.

O primeiro momento da pesquisa - processo de Planejamento de Usos da Água na Bacia Hidrográfica dos rios Turvo Santa Rosa Santo Cristo – discorre sobre o processo de Planejamento, com suas definições, cronograma, responsabilidades e divisão por Unidade de Planejamento e Gestão – UPGs.

O segundo momento da pesquisa – metodologia de mobilização social - serão apresentadas de forma discursiva e em formato de tabelas, com nomenclatura para a melhor identificação dos dados e numero de inserções, que refere-se às vezes da disponibilidade das informações nos veículos de comunicação, ou a quantidade das vezes que o evento ou atividades aconteceu. Os dados para a formatação da tabela é originário dos documentos oficiais do Comitê.

Tem que ser ressaltado que o roteiro programado, para o processo de mobilização social, é uma construção conjunta entre representantes do DRH, FEPAM, CPA do Comitê, Grupo de Trabalho Enquadramento e ENGEPLUS Engenharia.[11] Também a avaliação o resultado da pesquisa, realizada pela ENGEPLUS entre os representantes das entidades-membro do Comitê e com os representantes das prefeituras municipais da bacia hidrográfica, apresentado no Relatório Técnico 1[12], que permitiram identificar alguns aspectos que dificultaria a gestão dos recursos hídricos e em consequência o próprio processo de Planejamento.

O terceiro momento da pesquisa – participação social – será apresentado em forma de tabela, e a analise dos dados da participação dos integrantes do Comitê e da sociedade externa ao Comitê, resultado do processo de mobilização social realizado. Para uma melhor identificação, foram divididas as informações, da participação social nos eventos de educação ambiental, de preparação para das Consultas Públicas e nestas.

Para finalizar, a conclusão das analises dos dados e possíveis encaminhamentos que possam ser realizados após o término desta pesquisa.

Vale registrar, que o processo de Planejamento de Usos da Água na Bacia Hidrográfica teve inicio em janeiro de 2010, mas desde o ano de 2000 os integrantes do Comitê desenvolvem ações junto à comunidade, levando informações e preparando a sociedade para esta fase. Ao decidir o futuro das águas, indiretamente está sendo decidido o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

A previsão de conclusão dos trabalhos, do processo de planejamento, é para junho de 2012, o que possibilitará a avaliação desta participação nas diferentes etapas do processo. Mais específico a participação da sociedade no momento das Consultas Públicas, em que está sendo decidido sobre os usos pretendidos para o recurso hídrico existente.

---

[11]ENGEPLUS Engenharia – empresa contratada através de processo licitatório pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA, objetivando a elaboração de serviço de consultoria relativo ao processo de Planejamento dos Usos da Água da Bacia Hidrográfica dos rios Turvo Santa Rosa Santo Cristo – Enquadramento. (RT 1)

[12]Relatório Técnico 1 – relatório que apresenta as atividades preliminares realizadas, pela empresa ENGEPLUS Engenharia, de coleta de informações para subsidiar as próximas atividades do processo de Planejamento.

Dando continuidade, no próximo capitulo, será apresentado o desenvolvimento do processo de Planejamento de Usos da Água - Enquadramento, os mecanismos de mobilização social utilizados pelo Comitê, a participação da sociedade e analise dos dados apresentados.

5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A apresentação e a análise dos dados a ser realizada neste capitulo, referem-se ao período de janeiro de 2010, momento do início dos trabalhos para realizar o Plano de Bacia com a formatação do Termo de Referência para a contratação da empresa para fazer o assessoramento/consultoria no processo, pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA, até março de 2012, com a realização das cinco Consultas Públicas, momento em que a sociedade da bacia é chamada para manifestar a sua vontade e prioridade de uso da água existente, resultante do trabalho de mobilização social realizado pelo Comitê.

5.1 PROCESSO DE PLANEJAMENTO DE USOS DA ÁGUA

O processo de Planejamento de Usos da Água na Bacia Hidrográfica dos rios Turvo Santa Rosa Santo Cristo – Enquadramento[13] tem como principal objetivo a definição dos objetivos de qualidade e dos usos quantitativos desejados para todas as sub bacias hidrográficas da área de abrangência, em consonância com os anseios e expectativas da comunidade, a partir de um diagnóstico da bacia, que aporte eventuais impactos sobre os recursos hídricos, estabelecendo vínculo de causa x efeito.

Como principal instrumento para construir o cenário desejado e, por consequência, estabelecer as medidas que devem ser adotadas para atingi-lo, tem-se a proposta de enquadramento dos cursos d'água em classe de usos e conservação. Na prática, as classes de enquadramento dos cursos d'água estão estabelecidas na Resolução CONAMA nº 357/2005.

No entanto, o processo de enquadramento é uma operação bem mais complexa, que deve considerar os aspectos hidrológicos, ambientais, de uso do solo e das águas, econômicos e sociais, numa abordagem sistêmica, abrangente e participativa.

---

[13]Texto do Relatório Técnico 1 - ENGEPLUS Engenharia

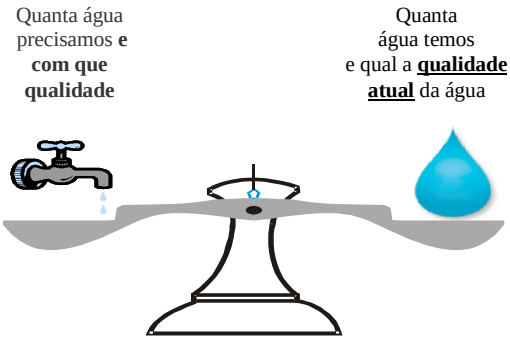

Figura 12 – Balanço hídrico para fins de enquadramento
Fonte: Apresentação do DRH/SEMA/RS

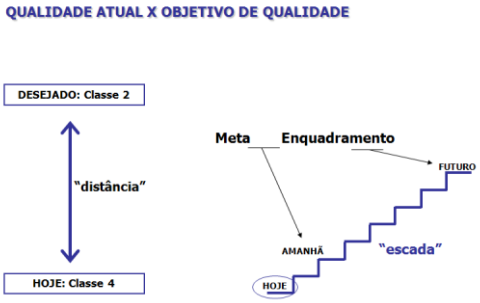

Figura 13 – Definição das metas de qualidade da água, conforme manifestação de vontade da sociedade
Fonte: Arquivos do Comitê, origem apresentações SERH

Os usos múltiplos e, por vezes conflitantes, das águas na Bacia, sua perda de qualidade e de quantidade, decorrentes das ações antrópicas na região, estas, precisam ser equacionadas e compatibilizadas, visando preservar e regenerar os aspectos quanti-qualitativos das águas, de forma a permitir o desenvolvimento sustentável da região. Trata-se de uma equação de difícil resolução, sempre perseguida conceitualmente, mas nem sempre alcançada na prática.

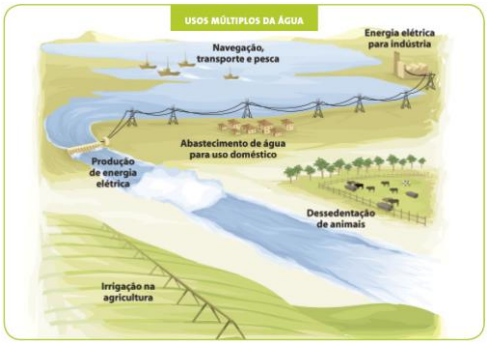

Figura 14 – Usos múltiplos da água
Fonte: http:www.caminhsosdaagua.org.br

Assim, uma abordagem multissetorial e interdisciplinar é necessária, principalmente na fase de diagnóstico dos problemas, potencialidades e suas causas, alicerçada em um processo de negociação social que aponte o cenário desejado.

Como já mencionado no capítulo da revisão teórica, a legislação dos recursos hídricos regra que a unidade de planejamento e gestão é a bacia hidrográfica, sendo

a bacia dos rios Turvo Santa Rosa Santo Cristo, uma das vinte e cinco, bacias hidrográficas, do estado do Rio Grande do Sul, assim como o resultado deste processo de planejamento deve expressar claramente o desejo social. Sendo esta comunidade que vai ter que atender aos padrões estabelecidos, deve ser disponibilizado espaço para que contribua no processo de Planejamento.

Também podemos ressaltar o que foi descrito por Gohn (2001), que esta participação é do tipo liberal e democrática, já que pressupõe a soberania popular nas decisões de um bem público, indispensável e com valor econômico, podendo ocorrer de forma espontânea na sociedade civil, como nas instituições formais políticas. Na concepção da liberdade individual, permite o controle do poder do Estado e a reforma da estrutura da democracia representativa no marco das relações capitalistas.

Conforme a Lei Estadual 10.350/94, os comitês tem como atribuição apresentar a “proposta de enquadramento dos corpos de água”, resultado do processo de Planejamento dos Usos da Água, ao CRH, que apresentará aos conselheiros para deliberação. Se aprovada, retorna em forma de resolução e deverá ser atendido pela comunidade da bacia.

Assim a comunidade da bacia é representada através das categorias que convergem múltiplos interesses referente ao uso d’água.

5.1.1 Responsabilidades no processo de Planejamento

O processo de Planejamento de Usos da Água, tem seu embasamento na Lei Estadual 10.350/94, sendo uma construção onde os diversos atores, são chamados a participar, com seus saberes específicos. O resultado deste planejamento servirá de base para futuras políticas públicas para a bacia. Assim, como dito anteriormente, segundo Chauí (2000,p.559) (apud Paixão, 2010) a participação, do ponto de vista político, todos os cidadãos têm competência para opinar e decidir, pois a política não é uma questão técnica nem científica, mas ação coletiva. Através do conhecimento técnico e o conhecimento da especificidade da bacia hidrográfica é possível realizar o planejamento que atenda os interesses da própria comunidade.

As responsabilidades no processo:

a) Informações técnica: do Departamento Estadual de Recursos Hídricos – DRH e Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, ambos vinculados a Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA, através de seus representantes;

b) Mobilização social: do Comitê de Gerenciamento da Bacia dos rios Turvo Santa Rosa Santo Cristo, através dos representantes das entidades membro das diversas categorias;

c) Elaboração dos serviços de coleta de dados, proposta de cenários e ações necessárias: ENGEPLUS Engenharia;

d) Ações desenvolvidas no processo: Comissão de Acompanhamento – CA, formada por representantes do DRH, FEPAM e Comitê.

5.1.2 Cronograma das atividades do processo de Planejamento

O processo de Planejamento de Usos das Águas divide-se em duas etapas distintas de realização – Etapa A e Etapa B, sendo estas antecedidas da elaboração do Termo de Referência:

a) Etapa A – Diagnóstico e Prognóstico dos recursos hídricos – envolve a atualização do levantamento dos dados e a avaliação integrada da situação atual dos recursos hídricos existentes;

b) Etapa B – Cenários futuros para a gestão – montagem de cenários futuros de natureza quali-quantitativa, para a gestão dos recursos hídricos. Cabe lembrar, que o enquadramento condiciona o uso e ocupação do solo e deve ser construída de forma participativa pelo diversos atores, públicos e privados, atuantes na Bacia.

No quadro abaixo é elencado o cronograma de desenvolvimento das atividades do Plano de Bacia.

Data/período	Etapa/ação	Atividade
Janeiro a Fevereiro/2010	Termo de Referência	Ajuste das clausulas referente às especificidades da bacia para fins de contratação da empresa.
Março a novembro/2010	Licitação	Desenvolvimento do processo de licitação para contratar a empresa conforme preconiza a Lei das Licitações.
Dezembro/2010	Ordem de Serviço	Entrega da ordem de serviço para a empresa dar inicio ao trabalho de coleta de dados. Inicio do processo de Planejamento de Usos da Água Formação da Comissão de Acompanhamento
Janeiro a Fevereiro/2011	Etapa A	Formação do GT Enquadramento do Comitê Definição e consolidação dos métodos utilizados. Coleta de dados e informações da bacia.
Março/2011	Etapa A	Metodologia de trabalho
Abril/2011	Etapa A	Reconhecimento em campo
Maio/2011	Etapa A	Metodologia de mobilização social
Junho/2011	Etapa A	Levantamento dos estudos existentes da Bacia
Dezembro/2011	Etapa A	Apresentação do Diagnóstico da bacia
Janeiro e Fevereiro/2012	Etapa A	Formação do GT Validação do Diagnóstico Consolidação do Diagnóstico Definição da Vazão de Referência
Março/2012	Etapa A	*Consultas Públicas para a manifestação de vontade de uso pela comunidade
Abril/2012	Etapa B	Apresentação da proposta de pré – enquadramento
Maio/2012	Etapa B	Cenários futuros e metas intermediárias
Junho/2012	Etapa B	Fechamento do processo e apresentação a comunidade da bacia. Envio da proposta de enquadramento ao CRH

Quadro 3 – Cronograma das atividades durante o processo de Planejamento de Usos da água
Fonte: Origem dos dados arquivos do Comitê
*Até março de 2012 a apresentação dos dados e analise desta pesquisa

A proposta do Plano de Trabalho foi apresentada e devidamente aprovada pela plenária do Comitê, a fim de dar inicio as atividades.

5.1.3 Unidade de Planejamento e Gestão

Para fins da realização do processo de Planejamento dos Usos da Água e posterior gestão dos recursos hídricos a bacia hidrográfica foi divida em quatro Unidades de Planejamento e Gestão – UPGs, respeitando as características físicos, bióticos, socioeconômicos e políticas. Esta divisão foi aprovada em reunião de plenária para dar inicio ao processo de Planejamento, conforme abaixo:

a) UPG Comandaí/Amandaú – bacias hidrográficas dos rios Comandaí, Amandaú, Arroio Pindaí;

b) UPG Santa Rosa/Santo Cristo – bacias hidrográficas dos rios Santa Rosa, Santo Cristo e Lajeado Bugre;

c) UPG Buricá – bacias hidrográficas dos rios Buricá e Lajeado Pratos;

d) UPG Turvo/Lajeado Grande – bacias hidrográficas dos rios Turvo, Erval Novo, Lajeado São Francisco e Lajeado Grande.

Mesmo com a definição das UPGs, as informações técnicas foram copiladas e apresentadas individualmente para os sete principais rios da bacia (Turvo, Santa Rosa, Santo Cristo, Comandaí, Amandaú, Lajeado Grande e Buricá).

5.2 MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Sendo de responsabilidade dos representantes do Comitê, deliberar sobre as definições construídas no processo de Planejamento, atende o que para Milani (2008), faz referência que a descentralização do poder decisório e de recursos, bem como a ampliação e institucionalização da participação são conceitos inovadores e de mudanças para os setores, já que a sociedade, a população da bacia assume o papel de protagonista na implantação de ações de preservação, conservação e recuperação das águas, sendo corresponsável pelo destino da geração atual e futura que dependem dos recursos hídricos para o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

A mobilização social[14] é o envolvimento não de um ou dois indivíduos, mas da sociedade em geral em prol de um objetivo.

A participação social para a construção e legitimação do processo de planejamento em desenvolvimento se dará por intermédio do envolvimento da sociedade civil representada pelos diversos atores sociais da bacia. No presente caso, a necessidade de mobilizar os atores sociais estratégicos para alcançar a efetiva participação social se faz efetivamente indispensável ao logo de todas as etapas previstas no decorrer da elaboração do processo de Planejamento.

[14]Texto do Relatório da Etapa A – ENGEPLUS Engenharia (2012) – com adaptação por esta autora.

Afinal, trata-se de um planejamento que deva refletir os anseios da população, uma vez que seus resultados irão interferir sobre os usuários e a sociedade, os quais serão prejudicados ou beneficiados pelas decisões tomadas na fase de planejamento.

Assim foi elaborada uma metodologia específica para mobilizar os diversos atores da bacia, para que o resultado do processo de Planejamento venha contemplar os diversos interesses pelo uso da água, tanto em quantidade como em qualidade.

5.2.1 Gestão compartilhada do Comitê

A formação da plenária do Comitê está os diversos interesses pelos recursos hídricos existentes, conforme RI do Comitê podem ser criadas instâncias intermediárias para decisão, através da formação de Comissão Permanente de Assessoramento e Grupos de Trabalho.

5.2.1.1 Comissão Permanente de Assessoramento - CPA

A CPA possui caráter de assessoramento na condução e definição da dinâmica do Comitê, assim como no processo de Planejamento. A direção do Comitê (presidente e vice presidente) integram a CPA, no grupo de usuários da água.

A CPA trás para a mesa de trabalho/negociação os diversos olhares em relação à utilização da água. Também deve o registro, que a revisão e formatação das clausulas do Termo de Referência do processo de Planejamento foi realizado pelos integrantes da CPA, assim como esta fez parte do GT Enquadramento e Validação do Diagnóstico.

Figura 15 – Reunião da CPA em 02.02.12
Fonte: Arquivo Comitê

Conforme abaixo a participação dos integrantes da CPA do Comitê, no período da pesquisa, ou seja, janeiro/2010 a março/2012, nas reuniões de formatação das atividades e decisões.

Total de reuniões: 24			
Grupo	Representante	Participação	%
Usuários da Água	CORSAN	24	100,0
	COOPERLUZ	19	79,1
Sociedade Civil	CPERS	20	83,3
	SINDIÁGUA	13	54,1
	SETREM	12	50,0
	APAE	07	29,1
	SEFARGS	19	79,1
Órgãos Públicos	CRE – 17ª Santa Rosa	12	50,0
Secretaria Executiva		21	87,5

Quadro 4 – Participação nas reuniões da Comissão Permanente de Assessoramento – CPA
Fonte: Origem dos dados arquivos do Comitê

Conforme pode ser visualizado no quadro acima, dos nove integrantes da CPA, oito se fizeram presentes em 50% ou mais das reuniões, garantido assim que as ações desenvolvidas integram os olhares dos diversos interesses de usos da água. A representação da categoria usuários da água na CPA, com 100% de participação é a presidente e com 79,1% de participação é o vice presidente do Comitê, o que demonstra o comprometimento com a condução do processo e a interação com os demais participantes.

Pode-se dizer que tanto os usuários da água como a sociedade civil se fizeram presentes nas articulações necessárias, definindo os rumos e a dinâmica do Comitê.

5.2.1.2 Grupos de Trabalho - GT

No período de 2010/12 foram formados dois GTs para o desenvolvimento do processo de Planejamento:

- GT Enquadramento - formado por representantes dos usuários da água, da sociedade civil e dos órgãos públicos, com quatorze integrantes, incluindo a CPA. O objetivo da formação deste GT foi fazer a discussão dos assuntos referente ao processo de Planejamento como a construção de metodologia que contemple as necessidades das diversas categorias.

- GT Validação do Diagnóstico - formado pelos representantes escolhidos em reunião de plenária das diversas categorias, como coordenadores dos GTs de Saneamento, Geração de Energia, Produção Rural, Indústria, Lazer e Turismo, Sociedade, Poder Público, com o objetivo de analisar os dados do diagnóstico da bacia realizado pela empresa contrata, a fim de apresentar sugestões de melhorias, apontar possíveis divergências e após realizar a validação em reunião de plenária.

Grupo de Trabalho	Total de Participantes	Total de Reuniões	Total de participações	Participação média por reunião
Enquadramento	14	04	33	8,25
Validação do Diagnóstico	06	08	33	4,12

Quadro 5 – Participação nas reuniões dos Grupos de Trabalho
Fonte: origem dos dados arquivo do Comitê

O GT Enquadramento foi formado logo após a ordem de serviço ser entregue a empresa contratada para a execução dos serviços. Além da análise simples das listas de presença foi realizada a avaliação das atas destas reuniões onde constatou-se que foram reuniões iniciais para a formatação da metodologia de trabalho das ações de competência do Comitê a serem desenvolvidas durante o processo de Planejamento. Também é bom ressaltar que a CPA fez parte deste GT por já estar articulada com a construção do processo.

Dos quatorze integrantes, em média 8,25 participaram das reuniões. Como trata-se de atividade de caráter voluntário, pode-se dizer que foi boa a participação destes integrantes contribuindo para o encaminhamento do processo de Planejamento.

O GT Validação do Diagnóstico pelo demonstrativo numérico dos participantes pode-se considerar boa participação, mas como este GT é formado só pelos coordenadores dos GTs por Categoria (Saneamento, Geração de Energia, Produção Rural, Sociedade, Indústria, Lazer e Turismo e o Poder Público) para uma melhor análise foi necessário recorrer as convocações e atas das reuniões.

Conforme metodologia organizada pela CPA e os Coordenadores do GT Validação do Diagnóstico, os representantes das diversas categorias do Comitê, titulares e suplentes, foram chamados para discutir as informações apresentadas no Diagnóstico nas reuniões do GT específico.

A validação do diagnóstico pela plenária e o objetivo da formação deste GT específico é para que cada categoria possa se ver nos dados apresentados no diagnóstico, caso contrário, com o trabalho de verificação oportunizou-se a apresentação de sugestões e melhorias que espelhe as informações do foco de interesse.

Figura 16 – Reunião do GT Enquadramento em 13.01.2011
Fonte: Arquivo do Comitê

Figura 17 – Reunião GT Validação do Diagnóstico em 16.12.2011
Fonte: Arquivo do Comitê

Sendo o Comitê formado por 62 membros titulares e suplentes, e tendo sido realizado oito reuniões, a média de 4,12 de participantes por reunião fica muito abaixo da possibilidade de participação, já que todos os titulares e suplentes foram chamados para esta atividade, por possuírem o conhecimento específico e representarem as categorias de interesses de usuários da água da bacia hidrográfica.

5.2.2 Mobilizando através da informação

A participação social nos espaços de decisão está iniciando e se fortalecendo. Na gestão dos recursos hídricos não é diferente.

Conforme descrito no RT1 (ENGEPLUS, 2011) a consolidação da gestão de recursos hídricos esbarra nas dificuldades de interlocução entre o processo de construção da gestão e os atores sociais públicos e privados, diretos ou indiretamente envolvidos na sua execução.

A existência, expressa na legislação dos espaços públicos, é o primeiro passo para a participação social, mas não garante a efetiva participação da comunidade. Esta ainda deve ser instigada pelos entes públicos e sociais, buscando a democratização na construção das políticas públicas e em especial de recursos hídricos.

Para buscar o envolvimento destes atores, foram traçadas estratégias e definição de metodologia para o desenvolvimento de ações, conforme abaixo:

5.2.2.1 Canais de acesso

A disponibilidade de locais para acesso as informações, que possam ser buscados de maneira voluntária pela comunidade, contribui para o envolvimento da comunidade nas discussões locais. Informações como as atividades do comitê, notícias do sistema de recursos hídricos, o processo de Planejamento, meio ambiente, atas, cronograma de reuniões, entidades participantes, legislações pertinentes, dados do diagnóstico da bacia, servem de subsídio para a comunidade, se manter informada e instigada a participar.

Abaixo relacionamos alguns dos canais de acessos disponibilizados.

Locais de Acesso	Endereço	Atalho
Site	www.comiteturvo.com	
E- mail	comitêturvo@yahoo.com.br	
	comiteturvo@unijui.edu.br	
SEMA	www.sema.rs.gov.br	Bacias Hidrográficas do RS
Prefeitura Municipal de Derrubadas	www.derrubadas-rs.com.br	Comitê Turvo Santa Rosa Santo Cristo
Faculdade de Horizontina	www.fahor.com.br	Logo Comitê
Secretaria Executiva	Rs 344, Km 39 – Santa Rosa	Fone 55.3511.5254

Quadro 6 – Acesso para informações do Comitê e da Bacia Hidrográfica
Fonte: Origem dos dados arquivos do Comitê

A direção do Comitê trabalhou junto aos representantes das entidades-membro e junto as prefeitura municipais da bacia, para que estas disponibilizassem nos seus sites oficiais, um canal de acesso para o site do Comitê, e conforme pode ser visualizado acima, alguns tornaram isto possível, como a Prefeitura Municipal de Derrubadas e Faculdade de Horizontina - FAHOR.

Ainda disponibilizou para a sociedade o site do Comitê com informações que possam servir de subsídios para a gestão local.

Figura 18 – Site Comitê Turvo Santa Rosa Santo Cristo
Fonte: www.comiteturvo.com

Figura 19 – Site da Prefeitura Municipal de Derrubadas
Fonte: Arquivos do Comitê

Figura 20 – Site da FAHOR Horizontina
Fonte: Arquivo do Comitê

5.2.2.2 Mecanismos de disseminação das informações

Conforme descrito no REA, a disseminação das informações para a sociedade, podem acontecer de vários métodos. O importante é identificar o ator a ser envolvido e buscar dentre os existentes o mais eficaz para atender a este objetivo.

Sendo assim, uma forma de trazer a comunidade para assumir seu papel nesta construção que decide o futuro das águas na bacia hidrográfica, pode ser através da sensibilização para a percepção de que somos parte integrante do

ambiente, que os recursos hídricos existentes já são insuficientes – por quantidade ou qualidade – para os diversos interesses de uso, assim o Comitê utilizou os seguintes mecanismos:

Veículo Comunicação/Atividade realizada	Abrangência	Ator	**Total de interseções
*Redes de Cooperação - REATURVO, CRE CRS, FEBAP, EMATER, AMGSR, AMUCELEIRO, ACAMRECE, ACISAP	Regional	Sociedade Poder Público Usuários da Água	Conforme o recebimento, quase que diários.
Newsletter	Bacia Hidrográfica	Entidades membro Sociedade	03
Jornais impresso	Bacia Hidrográfica	Sociedade Poder Público	39
	Estadual		04
TV	Regional	Sociedade	04
Internet - Blog, Jornal On Line, Radio On Line	Mundial	Sociedade	143
Participação em programa de rádio	Bacia Hidrográfica	Sociedade Poder Público Usuários da água	42
Reuniões setoriais	Executivo Municipal	Poder Público Usuários da água Membros do Comitê	08
	Legislativo Municipal		10
	Saneamento		01
	Ministério Público		02
	Coord e Secretarias Municipais		14
	Legislativo Estadual		04
	Produção Rural		02
	Indústria		02
Folder Informativo	Bacia Hidrográfica e Estadual	Sociedade Poder Público	07
Parcerias em outros projetos e espaços de decisão na bacia	Bacia Hidrográfica	Sociedade	39
Informes Meio Ambiente nas datas do Calendário Ambiental	Bacia Hidrográfica	Sociedade	18

Quadro 7 – Atividades e eventos de disseminação de informações
Fonte: Origem dos dados arquivo do Comitê
*Redes de Cooperação estão inseridas nos municípios da bacia descrito no tópico 5.2.3.1
** total de vezes que os informes foram divulgados na mídia ou que o evento aconteceu

Durante a realização da coleta de informações técnicas realizada pela empresa contratada para o serviço, o Comitê assumindo sua responsabilidade, intensificou suas atividades no âmbito da bacia, nos diversos setores e instância de poder e decisão.

No quadro acima demonstra a diversidade de mecanismos utilizados pelo Comitê para transmitir informações à comunidade da bacia, cada qual com o objetivo específico de fazer chegar as informações para determinado ator. Os

eventos realizados para levar informações a comunidade e os veículos de comunicação utilizados, para instigar a participação da sociedade através do repasse de informações sobre políticas públicas de recursos hídricos, notícias do sistema, resultado de ações realizadas, projetos para captação de verbas, informes referente meio ambiente, processo de Planejamento, atividades realizadas, instrumentos de gestão, legislações, consequência do resultado do processo para esta comunidade, e outras informações que contribuem para motivar os diversos atores a participar do Comitê e em especial no processo de decisão, que é através das Consultas Públicas.

Figura 21 – Reunião Setorial – Executivo Municipal em 07.10.2011 Três Passos
Fonte: Arquivo do Comitê

Figura 22- Entrevista rádio Querência em 25.05.2011 Santo Augusto
Fonte: Arquivo do Comitê

Figura 23 – Fórum Municipal de Meio Ambiente em Santo Augusto 28.09.2010
Fonte: Arquivo do Comitê

Figura 24 – Comitê das Águas nas escolas em Horizontina 01.06.2011
Fonte: Arquivo do Comitê

Geral
13
Continua o Processo de Planejamento de Usos da Água na Bacia Hidrográfica dos rios Turvo Santa Rosa Santo Cristo

Figura 25 – Jornal Gazeta Regional de 23.01.2012
Fonte: Arquivo do Comitê

Figura 26 – Divulgação de informações através da internet
Fonte: Arquivo do Comitê

5.2.2.3 Educação Ambiental

Conforme a lei 10.350/94 aos comitês de bacia cabe a coordenação programática das atividades dos agentes públicos e privados, relacionados aos recursos hídricos, compatibilizando, no âmbito espacial da sua respectiva bacia, as metas do Plano Estadual de Recursos Hídricos com a crescente melhoria da qualidade dos corpos de água.

No entendimento que a disponibilidade ou não da água no futuro dependerá da postura cidadã dos dias atuais, o que se dá mediante as atitudes ambientalistas, de preservar o bem-estar de sua localidade.

O Comitê realiza atividades de Educação Ambiental[15], em parcerias com as diversas entidades da bacia, sendo esta uma forma de buscar novas aliados na gestão dos recursos hídricos e também uma nova forma de educar. Estimulando uma consciência crítica das modificações de atitudes em relação ao meio ambiente, já que as ações de melhoria só se efetivam a medida que os moradores da bacia estão inseridos no processo.

Durante o período da pesquisa foram realizadas as atividades abaixo focadas para o processo de Planejamento descritas no tópico 5.2.4 e a Participação Social no tópico 5.3.3.1.

Veículo Comunicação/Atividade realizada	Abrangência	Ator	Eventos realizados
Participação em seminários e fóruns do Meio Ambiente	Bacia Hidrográfica	Sociedade Poder Público Usuários	06
Atividades diversas de Educação Ambiental	Bacia Hidrográfica	Sociedade	23

continua

[15]Educação Ambiental - Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999
Art. 1o Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.
Art. 2o A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

conclusão

Veículo Comunicação/Atividade realizada	Abrangência	Ator	Eventos realizados
Projeto Comitê das Águas nas escolas	Bacia hidrográfica	Professores Alunos	39
Cartilha – “Vamos decidir juntos o futuro das águas da nossa bacia hidrográfica”	Bacia Hidrográfica	Sociedade	01
Brincando de Enquadramento	Santa Rosa Três Passos Três de Maio Candido Godói	Sociedade	04
Encontro pelas Águas	Santa Rosa Três Passos Porto Vera Cruz Tenente Portela Três de Maio	Alunos Professores Executivo Munic Legislat Munic Sociedade	06

Quadro 8 – Atividades de Educação Ambiental
Fonte: Origem dos dados arquivo do Comitê

Na apresentação dos dados dos eventos realizados de educação ambiental e utilizando os relatórios das atividades do período de 2010/2012 verifica-se que a quantidade de eventos realizados pode ser considerada boa. Sendo a bacia hidrográfica constituída de 52 municípios, com sete principais rios que de uma forma geral não se comunicam, o mesmo pode acontecer com a população próxima a estes rios. Os eventos realizados ou que contaram com a participação do Comitê, aconteceram em cidades específicas, que já possuem um histórico de parceria com o Comitê, ou com número maior de representatividade interna no Comitê, devendo estes buscar novos espaços em outros municípios da bacia.

5.2.4 Descrição das práticas

O processo de Planejamento de Usos da Água – Enquadramento é um processo participativo, que deve contemplar as diversas instâncias de decisão e articulação. Buscando esta interação e visibilidade política, social, como membro de Estado, o Comitê centralizou os esforços em buscar a participação dos diversos atores para discutir o processo em construção, em momentos específicos, realizando atividades diversas, conforme abaixo elencamos as principais descrevendo a prática e o objetivo.

O quantitativo da participação da sociedade nas diversas atividades será apresentado no tópico 5.3 deste trabalho.

5.2.4.1 Redes de Cooperação[16]

O Comitê já possuía uma rede de informação (REATURVO) objetivando a educação ambiental.

Com a realização do Termo de Referência, o Comitê mapeou a área de abrangência de atuação de entidades ligadas ao meio ambiente como: associação poder público municipal, educação, saúde, produção rural, lideranças regionais, para formatar uma parceria objetivando a disseminação de informações pertinentes e ações desenvolvidas.

A participação do Comitê nos diversos espaços de discussão e de construção de abrangência da bacia, assim como reuniões realizadas, tornou-se possível formatar uma rede de cooperação em nível de bacia hidrográfica, difundindo informações diretamente a atores específicos, que possuem influência local, conhecimento técnico e ou abrangente, formadores de opinião, poder de decisão e outros. Com isto melhorou a dinâmica de trabalho do Comitê, já que de forma isolada apresentaria certo grau de dificuldade, pela amplitude da bacia.

[16]Redes de Cooperação - as redes de cooperação são grupos de pessoas ou instituições que se ajudam trocando informações, influências e aprendizado profissional para atingirem o objetivo..... A rede pública de cooperação é aquela que se tece com a mobilização de pessoas físicas e/ou jurídicas a partir da percepção de um problema que rompe ou coloca em risco o equilíbrio da sociedade ou as perspectivas de desenvolvimento sustentável local com destaque para questões sociais, ambientais e institucionais. (disponível em: http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/gestao-de-redes-publicas-de-cooperacao/49538/, acesso em 02.04.2012).

Figura 27 – Mapa da área de abrangência da Coord Estad da Saúde
Fonte: Arquivo do Comitê

Figura 28 – Mapa da área de abrangência da EMATER RS
Fonte: Arquivo do Comitê

5.2.4.2 Brincando de Enquadramento

Durante a Semana Interamericana da Água de 2010, com o objetivo de avaliar qual a reação da sociedade da bacia, quando da realização do processo oficial de Planejamento dos Usos da Água, no momento da manifestação da vontade de uso do recurso hídrico da bacia, nas Consultas Públicas, o Comitê organizou uma atividade lúdica que se assemelhava ao processo oficial.

Foram realizadas quatro atividades nos municípios de Santa Rosa, Cândido Godói, Três de Maio e Três Passos.

Em cada evento, primeiramente foi realizada uma explicações sintética do processo do enquadramento das águas por classe de uso; inseridos em bandeirinhas diversos usos que se faz da água; apresentado um mapa, onde constava a imagem da sub bacia com o rio em que a comunidade local tinha mais ligação, devido a proximidade. Após alunos, professores e comunidade presente, foram convidados a manifestar a sua prioridade de uso da água, fixando a bandeirinha que tinha o uso escolhido no mapa.

A compilação dos dados e o resultado desta atividade (lúdica) foi apresentado para a comunidade de Três Passos e para a plenária do Comitê, em reunião ordinária, através de gráficos com os percentuais de prioridade de escolha de usos da água, que a comunidade tinha elencado.

Com a realização desta atividade, o Comitê observou a necessidade de esclarecer a vinculação do uso pretendido e a classe de qualidade enquadrada, no momento da realização do processo oficial de Planejamento.

Figura 29 – Brincando de Enquadramento em Cândido Godói 01.10.2010
Fonte: Arquivo do Comitê

Figura 30 – Brincando de Enquadramento em Três de Maio 29.09.2010
Fonte: Arquivo do Comitê

Figura 31 – Brincando de Enquadramento em Três Passos 22.10.2012
Fonte: Arquivo do Comitê

Figura 32 – Brincando de Enquadramento em Santa Rosa 28.09.2010
Fonte: Arquivo do Comitê

5.2.4.3 Calendário Ambiental

O ambiente deve ser visto com um todo, a sua biodiversidade, o homem agindo e interagindo neste ambiente, a sua qualidade de vida e saúde, a preservação e conservação da natureza, assim foi criado o Calendário Ambiental com datas comemorativas para os diversos temas.

O Comitê escolhe um dia “comemorativo” por mês, para divulgar junto aos meios de comunicação de massa - jornal, rádios, blogs - da bacia hidrográfica, informes sobre o tema escolhido. Esta ação busca levar informações a comunidade

e também demonstrar que as ações do Comitê tem o foco no tema água, mas este é somente um elemento da natureza.

Ex: 22 de março – Dia da Água

Figura 33 – Calendário Ambiental divulgação
Fonte: Arquivo do Comitê

5.2.4.4 Reuniões itinerantes em locais públicos

A bacia hidrográfica compreende 52 municípios, cada qual com sua estrutura administrativa e característica de desenvolvimento econômico. Mesmo estes possuírem representatividade junto ao Comitê, com o objetivo de inserir estes atores nas discussões sobre os recursos hídricos existentes, possibilitando a participação nas reuniões e no processo de Planejamento, as reuniões de plenária do Comitê acontecem itinerante nos municípios da bacia e junto às casas legislativas ou junto ao espaço público do executivo municipal. A metodologia utilizada pelo Comitê para envolver a comunidade local, no turno inverso da reunião é a utilização dos meios de comunicação (jornais e rádio) e reunião com gestor municipal.

Nestas reuniões são definidos e discutidos assuntos pertinentes aos recursos hídricos, como: alteração de legislações/resoluções, definição de parâmetros para o processo de gestão das águas na bacia (vazão de referência, cenários futuros, enquadramento dos corpos de água), aplicabilidade dos instrumentos de gestão nos municípios, disseminação de boas práticas realizadas pelos municípios, nivelamento

de conhecimentos de temas pertinentes, expectativas da comunidade local, ações de melhorias, entre outros.

Figura 34 – Reunião ordinária em Tenente Portela 29.02.2012 na Câmara Municipal de Vereadores
Fonte: Arquivo do Comitê

Figura 35 – Informe da reunião em Tenente Portela
Fonte: Arquivo do Comitê

5.2.4.5 Encontro pelas Águas

Evento de Educação Ambiental, realizado pelo Comitê em parceria com o poder público local, Coordenadoria de Educação, CORSAN e demais parceiros. Já esta na sua 8º realização e acontece junto com a Semana Interamericana da Água, no mês de outubro de cada ano, em diversos municípios da bacia, com atividades conforme organização local e o Comitê.

O objetivo da realização deste evento está na oportunidade de buscar sensibilizar os alunos e comunidade, para a necessidade da preservação da água, do uso racional, a gestão e preservação por bacia hidrográfica, espacializar o local onde se vive e os recursos que se tem.

Através de atividades de educação ambiental é possível interagir com a comunidade, conhecendo as suas expectativas, as especificidades do local, contribuir com informações, colaborar no desenvolvimento de projetos e também divulgar a composição e atribuições do Comitê.

Figura 36 – Encontro Pelas Águas em Três Passos 04.10.2011
Fonte: Arquivo do Comitê

Figura 37 – Divulgação das atividades na internet
Fonte: Arquivo do Comitê

5.2.4.6 Projeto Comitê das Águas nas Escolas

As atividades junto às escolas possuem dois focos de atuação. O primeiro é desenvolvido no município de Santa Rosa, em parceria com a Coordenadoria Regional de Educação e Secretaria Municipal de Educação para realizar atividades junto às escolas estaduais e municipais. Contempla alunos e professores do ensino fundamental com o foco na preservação do meio ambiente e consumo racional da água. No inicio de cada ano é realizado um calendário para as atividades com as escolas parceiras, e são desenvolvidas no transcorrer do ano.

O segundo, o Comitê busca espaço junto às entidades de ensino e desenvolve atividades junto aos cursos técnicos e superior. Momento em que são apresentados e discutidos os conceitos mais abrangentes e técnicos da gestão das águas buscando o envolvimento dos futuros profissionais na gestão participativa dos recursos hídricos, sendo esta uma questão de democracia e cidadania.

Figura 38 – Comitê das Águas nas escolas em 22.02.2011 Unijui curso superior
Fonte: Arquivos do Comitê

Figura 39 – Comitê das Águas nas escolas Inst Federal Farroupilha Santo Augusto curso tecnólogo em 14.03.2012
Fonte: Arquivo do Comitê

5.2.4.7 Reuniões setoriais

A plenária do Comitê é formada por entidades que através dos seus representantes exercem a representatividade da comunidade da bacia (usuários da água, sociedade civil e poder público). Tendo como base o resultado da consulta realizada pela ENGEPLUS aos representantes das entidades membros do Comitê, aos representantes das prefeituras municipais, a percepção dos integrantes da CPA e sugestões manifestadas nas reuniões de plenária. Foram identificados setores e atores que seriam estratégicos na gestão dos recursos hídricos, buscando assim a mobilização específica destes para contribuírem no processo. Tendo como foco os recursos hídricos, desenvolvimento econômico, responsabilidades locais e conhecimento técnico e empírico da bacia.

a) Executivos Municipais – responsáveis pela gestão ambiental local (saneamento, licenciamentos ambientais, uso e ocupação do solo);

b) Legislativo Municipal – representantes da população. Futuras legislações municipais devem atender a classificação dos corpos de água, conforme a qualidade estabelecida no resultado do processo de Planejamento;

c) Ministério Público - incumbido da defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais;

d) Produção Rural – a agricultura é o setor que mais demanda água, sendo importante a participação destes no processo de Planejamento, já que este servirá de subsídios para os futuros licenciamentos ambientais e futuramente a cobrança pela captação da água no manancial;

e) EMATER – como não possui vaga no Comitê e pelo qualificado trabalho que desenvolvem junto às propriedades rurais, este conhecimento é vital nas discussões no momento da analise do Diagnóstico da bacia hidrográfica e no Planejamento dos usos da água;

f) Legislativo Estadual – representantes da comunidade da bacia hidrográfica na Assembleia Legislativa, por onde a aprovação das politicas públicas acontece, sendo fortes aliados na gestão das águas.

As reuniões aconteceram através de contato da direção do Comitê com os gestores locais, ou através da organização das associações municipais (executivo e legislativo) com isto enriqueceu o debate fortalecendo as relações no desenvolvimento do processo de Planejamento e na gestão das águas.

Figura 40 – Reunião Setorial – Executivos Municipal
Fonte: Arquivo do Comitê

FOLHA GIRUAENSE — RURAL/GERAL — Sábado 16 de julho de 2011 17

Comitê das Águas em Giruá

O comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica dos rios Turvo Santa Rosa Santo Cristo, com a participação da presidente Claucia Tibulo e do vice-presidente Renato Pumpmacher, participou da Assembleia Geral dos associados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Giruá, explanando sobre a gestão dos recursos hídricos, instrumentos de gestão, atribuições do comitê, bem como convidando a categoria da Produção Rural se fazer presente na Participação Popular Cidadã (antiga Consulta Popular), momento em que a comunidade vai se manifestar qual a prioridade de uso do recurso hídrico, para fins de enquadramento das águas conforme Resolução Conama 357/05.

Conforme a presidente, Claucia, o processo de Planejamento de Usos da Água - Enquadramento, tem força de lei, depois de aprovado pelo CRH, será emitida uma resolução estabelecendo, para cada trecho de rio a classe do enquadramento, que deverá ser seguida, o que poderá influenciar nas políticas públicas locais e setorias, como saneamento, licenciamento ambiental, uso e ocupação do solo.

Também reforçado pelo vice-presidente do comitê, Sr. Renato Pumpmacher, a importância de termos água com qualidade para garantir a competitividade interna e externa do que é produzido em nossa região, que cada vez está mais exigente em termos de qualidade.

Presentes na Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Giruá

Figura 41 – Reunião Setorial – Produção Rural - jornal
Fonte: Arquivo do comitê

5.2.4.8 Seminário para o Enquadramento

Em março/2011 foi realizado o Seminário para o Enquadramento, com objetivo oficializar no âmbito da bacia o inicio das atividades do processo de Planejamento de Usos da Água e de ampliar a divulgação do Comitê como ente de Estado, sendo este composto por entidades representativas das diversas categorias que fazem usos da água e da sociedade civil da bacia. A realização deste Seminário teve dois focos de atuação: para os atores internos do Comitê e para os atores externos.

5.2.4.8.1 Atores internos

Para os atores interno do Comitê objetivou levar as informações técnicas sobre a gestão dos recursos hídricos, quanto aos conceitos, estrutura do SERH, responsabilidade dos diferentes atores e a função dos diversos representantes no

seu papel representativo das diversas categorias da sociedade da bacia e responsabilidade de cada um no processo de decisão do futuro das águas da bacia. Também contou com a participação de alguns atores/técnicos envolvidos diretamente com os recursos hídricos. Neste também foi apresentado o Plano de Trabalho a ser realizado e definições para coleta de dados.

Contou com a participação e explanação dos técnicos do DRH e da empresa contratada, ENGEPLUS Engenharia.

Figura 42 – Seminário para Enquadramento atores internos ao Comitê em 17.03.2011 Santa Rosa
Fonte: Arquivo do comitê

5.2.4.8.2 Atores Externo

O evento teve foco politico, com a presença da secretária da SEMA/RS. Sra. Jussara Cony e técnico, com a presença do diretor do DRH, Sr. Paulo Renato Paim.

Este evento buscou mobilizar a sociedade para o inicio dos trabalhos do processo de Planejamento de Usos da Água, transmitindo para a sociedade à importância deste processo, que define o futuro das águas da bacia, em especial a participação dos representantes do Ministério Público, Executivo Municipal e Legislativo Municipal e Estadual, além da sociedade em geral. Ressaltando que o resultado do processo deve ser observado para os futuros empreendimentos que venham manifestar interesse em se fixar na área da bacia hidrográfica e que possam interferir no recurso hídrico. Esta gestão é local, acontecendo no âmbito do município.

Figura 43 – Seminário para Enquadramento, presença Jussara Cony (Secretária Estadual Meio Ambiente) 18.03.2011 Santa Rosa
Fonte: Arquivo do Comitê

Figura 44 – Seminário para Enquadramento atores externo ao Comitê em 18.03.2011 Santa Rosa
Fonte: Arquivo do comitê

5.2.4.9 Newsletter

Foram elaborados três informativos, “Newsletter processo de Planejamento de Usos da Água”.

a) Newsletter 1 – discorreu sobre os conceitos básicos do processo de Planejamento, com destaque para o Seminário para o Enquadramento;

b) Newsletter 2 - a descrição das deliberações já realizadas pelo Comitê como: Unidades de Planejamento e Gestão, Plano de Mobilização Social, consolidação das informações e visita em capo da equipe técnica;

c) Newsletter 3 – apresentação de informações técnicas do diagnóstico da bacia, como: redes de monitoramento, vazão e demanda da água e principais usos.

Estes materiais circularam entre os representantes do Comitê e a comunidade através das redes de cooperação.

Figura 45 – Newsletter nº 01
Fonte: Arquivo do Comitê

5.2.4.10 Semana Municipal da Água

O Comitê como ente de Estado na bacia hidrográfica, tendo a função de deliberar referente aos diversos interesses dos usos da água, solucionando em primeira instância eventuais conflitos, já que todos tem direito a ela. Objetivando articular ação que possibilitam a melhoria da qualidade da água, busca espaço para trabalhar o tema “água” com a comunidade, tanto quanto a sua preservação, como o uso racional deste precioso líquido.

Com este objetivo, os membros do Comitê trabalharam junto ao executivo e legislativo municipal a institucionalização da Semana Municipal da Água, devendo ser comemorado no mesmo período da comemoração da Semana Interamericana da Água, ou seja, primeira semana de outubro de cada ano.

Com a institucionalização em nível de municípios, tem-se normatizado o espaço para realização de atividades e espaço de discussão das melhorias necessárias para que a água tenha a qualidade que a comunidade deseja, envolvendo representantes da saúde, educação, poder público, agricultura, lazer, turismo, e outros atores que possam contribuir para a melhoria da qualidade da água para as gerações futuras.

Assim, os municípios de Três de Maio, Santa Rosa, Três Passos e Tenente Portela instituíram através de legislação municipal a Semana Municipal da Água.

Figura 46 – Assinatura da Lei de institucionalização da Semana Municipal da Água em Santa Rosa 26.09.2011
Fonte: Arquivo do Comitê

Figura 47 – Atividade durante a Semana Municipal de Água de Tenente Portela
Fonte: Arquivo do Comitê

5.2.4.11 Audiência Pública

A realização da Audiência Pública, através da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado, teve o objetivo de divulgar informações sobre a bacia hidrográfica, identificadas durante a realização do Diagnóstico da Bacia, assim como ampliar a visibilidade política do Comitê em nível de bacia hidrográfica, o reconhecimento como ente de Estado fazendo parte do Sistema Estadual de Recursos Hídricos. Aconteceu em fevereiro/2012 em Santa Rosa, junto a Câmara Municipal de Vereadores.

Também objetivou, a realização desta Audiência Pública, reunir os representantes do ministério público, executivos municipais, legislativos municipais e estaduais, assim como lideranças regionais e sociedade, para divulgar a qualidade de água atual da bacia hidrográfica, com informações técnicas através da representante da SEMA, participante do evento. Evidenciando também, que o resultado do processo de Planejamento deverá tornar-se legislação e deverá ser observado, podendo interferir no desenvolvimento econômico dos municípios e da bacia hidrográfica como um todo.

Conforme descrito na revisão teórica, mas é bom ressaltar neste momento, o contexto histórico e sócio politico, em que foi construída a participação da sociedade civil organizada, nas políticas públicas de gestão das águas, tem sido um espaço de conflitos. E ainda, quais os efeitos dessa oferta de participação democrática sobre os atores sociais frente a uma cultura política arraigada em relação de clientelismo com forte centralização e interesses econômicos. (VEIGA,2007)

Assim através da participação dos representantes da sociedade na Assembleia Legislativa oriundos da bacia hidrográfica, neste evento, fortifica o reconhecimento do Comitê como ente de Estado, na gestão dos recursos hídricos locais.

Figura 48 – Audiência Pública com presença do Legislativo Estadual
Fonte: Arquivo do Comitê

Figura 49 – Participantes da Audiência Pública
Fonte: Arquivo do Comitê

Figura 50 – Divulgação da atividade
Fonte: Arquivo do Comitê

5.2.4.12 Apresentação do Diagnóstico da Bacia Hidrográfica

A apresentação do Diagnóstico, é a etapa de fechamento dos trabalhos de caracterização da bacia hidrográfica, servindo este para subsidiar as ações para a Fase B que é do Enquadramento das Águas. Aconteceu em dezembro/2011, na cidade de Três Passos, junto a Associação dos Municípios da Região Celeiro - AMUCELEIRO.

A importância do envolvimento dos diversos representantes do Comitê e demais responsáveis pela gestão municipal, fica evidente. Os membros do Comitê, pelas decisões que serão tomadas durante o processo, necessitando das informações para subsidiar as deliberações. E os gestores locais, sendo estes que vão interagir com a comunidade nos futuros licenciamentos ambiental.

Objetivando também, ampliar o envolvimento dos executivos municipais, nesta fase do processo, o Comitê repassou a todas as prefeituras municipais da bacia solicitação para que as informações contidas no Diagnóstico fossem

analisadas pelos técnicos municipais para confirmação dos dados pertinentes de cada município. Sendo ainda possível, neste momento, acrescentar sugestões de melhorias e correção de informações equivocadas. Sendo disponibilizado o Diagnóstico no site do Comitê para facilitar a execução da analise e também podendo ser acessado pela comunidade em geral.

A disposição das informações para analise e conhecimento dos dados pelos representantes do Comitê, pela comunidade da bacia e gestores locais, já que são estes possuem o conhecimento da especificidade da bacia hidrográfica.

Figura 51 – Reunião ordinária do Comitê em Três Passos 07.12.2011
Fonte: Arquivo do Comitê

Figura 52 - Apresentação do Diagnóstico da Bacia na reunião ordinária em 07.12.2011
Fonte: Arquivo do Comitê

5.2.4.13 Consultas Públicas

A participação da sociedade[17] para a construção e legitimação do processo de planejamento acontece por intermédio do envolvimento da sociedade civil representadas pelos diversos atores sociais da bacia. Este processo deve refletir os anseios das populações, uma vez que seus resultados irão interferir sobre os usuários e a sociedade, os quais serão prejudicados ou beneficiados pelas decisões tomadas na fase de planejamento.

[17] base no RT1 Atividades Preliminares ENGEPLUS Engenharia, 2011.

Com o objetivo envolver a comunidade, em março de 2012 foram realizadas cinco Consultas Públicas nos municípios de Santa Rosa (UPG Santa Rosa/Santo Cristo), Campinas das Missões (UPG Comandaí/Amandaú), Três de Maio (UPG Buricá), Santo Augusto e Três Passos(UPG Turvo/Lajeado Grande).

Em cada uma das consultas foram realizadas explanações sobre as características da bacia que leva a água ter a qualidade apresentada, tendo como base o Diagnóstico realizado e devidamente apresentado à comunidade. Também abordado a relação entre o uso da água e a classe de qualidade necessária. Após os presentes puderam manifestar três usos preponderantes dos recursos hídrico existente através de etiquetas coladas no mapa da bacia.

Estas informações servem de cenário de pré – enquadramento que será analisado e votado pela plenária do Comitê, na próxima etapa do processo de Planejamento de Usos da Água, esta não fazendo parte deste trabalho.

Figura 53 – Consulta Pública em Santa Rosa 12.03.2012
Fonte: Arquivo do Comitê

Figura 54 – Discussão em Grupo Campinas das Missões 13.03.2012
Fonte: Arquivo do Comitê

Figura 55 – Manifestação da prioridade de uso da em Três Maio 14.03.2012
Fonte: Arquivo do Comitê

Figura 56 – Escolha do uso da água em Santo Augusto 15.03.2012
Fonte: Arquivos do Comitê

Figura 57 – Explanação da metodologia da atividade em Três Passo 16.03.2012
Fonte: Arquivo do Comitê

Figura 58 – Mapa da UPG Santa Rosa/Santo Cristo com os usos fixados
Fonte: Arquivo do Comitê

Estas foram algumas ações desenvolvidas pelo Comitê como estratégias para se fazer presente na bacia hidrográfica e ser reconhecido como ente de Estado local na gestão das águas, buscando o envolvimento das comunidades direta ou indiretamente nesta gestão.

5.3 PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Conforme a Lei Estadual 10.350/94, que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos, com o objetivo de harmonizar os múltiplos e competitivos usos da água, diz que a participação da comunidade se dá através das participações nos comitês de bacia nas diversas categorias, congregando representantes dos usuários da água, sociedade civil organizada e poder público estadual e federal. Os comitês de bacia são conhecidos como “parlamento das águas”, instância de negociação e deliberação dos assuntos de interesse comum dos diversos usos da água.

Atendendo esta diretriz, a formação do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica dos rios Turvo Santa Rosa Santo Cristo contempla através das entidades membros e seus respectivos representantes, a representatividade da comunidade da bacia na gestão dos recursos hídricos existentes.

Sendo o processo de Planejamento dos Usos da Água, um momento de decisão sobre o futuro das águas da bacia, com deliberações que se tornarão lei,

devendo ser atendida pela comunidade da bacia, a participação desta sociedade na construção destas deliberações é fundamental.

Assim o Comitê, além da participação dos seus representantes buscou mobilizar a comunidade para participar do processo, tanto em eventos de preparação para as Consultas Públicas, quanto nas próprias Consultas Públicas de manifestação de vontade de uso da água.

Dando seguimento, vamos realizar a analise da participação dos integrantes dos Comitês, no seu papel de representantes dos diversos interesses dos usuários da água e da comunidade externa ao Comitê que foram envolvidas no processo através do trabalho de mobilização social realizado pelo Comitê.

5.3.1 Representantes do Comitê em reuniões de plenária

Conforme preconiza a lei, a participação da sociedade na gestão dos recursos hídricos acontece através das representatividades nos comitês de bacia nas diversas categorias que melhor identificam as características de desenvolvimento econômico e utilização das águas da bacia hidrográfica. Abaixo a composição do Comitê e a participação dos representantes nas reuniões:

Grupo I – Usuários da Água				
Categoria	Representante	Total Reuniões	Total Particip.	Pariticip. %
Abastecimento Público	CORSAN	11	11	100,0
	P M Três Passos	11	04	36,3
	Suplente: P M Porto Mauá	11	00	0,0
	Suplente: P M de Campinas das Missões	11	01	9,0
Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos	CORSAN	11	08	72,7
	P M de Três Passos	11	04	36,3
	Suplente: P M de Campinas das Missões	11	01	9,0
	Suplente: P M Santa Rosa	11	02	18,1
Drenagem	P M de Porto Mauá	11	01	9,0
	Suplente: P M de Três Passos	11	04	36,3
Geração de Energia	Coop Desenv Social Entre Rios	11	07	63,6
	COOPERLUZ	11	10	90,9
	Suplente: Campo Novo Energia	11	05	45,4
Produção Rural	Sind Trab Rurais de Giruá	11	04	36,3
	Sind Trab Rurais de Santa Rosa	11	04	36,3

Continua

conclusão

Categoria	Representante	Total Reuniões	Total Particip.	Pariticip. %
	Sind Rural de Giruá	11	00	0,0
	Sind Rural de Tuparendi	11	07	63,6
	Sind Rural de Campo Novo	11	04	36,3
	Sind Trab Rurais TMaio e SJosé Inhacorá	11	01	9,0
	Suplente: Sind T Rurais S Paulo Missões	11	00	0,0
	Suplente: Sind Trab Rurais de Alecrim	11	01	9,0
	Suplente: Sind Trab Rurais de Ubiretama	11	00	0,0
	Suplente: Sind Traba Rurais de Senador Salgado Filho	11	00	0,0
	Suplente: Sind Trab Rurais de Horizontina de Doutor Maurício Cardoso	11	00	0,0
	Suplente: Sind Rural de Três de Maio	11	00	0,0
Indústria	Coop Tríticola Mista Campo Novo	11	02	18,1
	CACIS	11	09	81,8
Lazer e Turismo	Sítio das Três Águas	11	09	81,8
	Suplente: P M de Porto Vera Cruz	11	02	18,1
Grupo II – Representantes da Sociedade Civil				
Legislativo Estadual e Municipal	C M V de Santa Rosa	11	04	36,3
	C M V de Três Passos	11	03	27,2
	Suplente: C M V de Tenente Portela	11	00*	0
Associações Comunitárias	Jerivá Embalagens de Giruá	11	06	54,5
	APAE de Três de Maio	11	08	72,7
Instituições Ensino, Pesquisa e Extensão	UNIJUI de Santa Rosa	11	03	27,2
	SETREM de Três de Maio	11	05	45,4
	URI de Santo Ângelo	11	05	45,4
	Suplente: FEMA de Santa Rosa	11	00	0,0
	Suplente: FAHOR de Horizontina	07	02*	28,5
	Suplente: IFF de Santa Rosa	04	02*	50,0
Organizações Ambientalistas	AMEROSA	11	05	45,4
	INEAY	11	04	36,3
	Suplente: Ambiente Inteiro	11	02	18,1
Associações Profissionais	SAFARGS	11	07	63,6
	APSG	11	08	72,7
	Suplente: AECO	11	03	27,2
	Suplente: APEA de Sta Rosa	11	01	9,0
Organizações Sindicais	CPERS de Santa Rosa	11	11	100,0
	SINDIÁGUA	11	06	54,5
	SINPRO/RS	11	06	54,5
Comunicações	Rádio Ativa FM	11	00	0,0
Clube de Serv Comunitários	Lions Clube de Tuparendi	11	01	9,0
	Suplente: Rotary Club de Giruá	11	02	18,1
Grupo III – Representantes Órgão Públicos Estaduais e Federais				
	17ª CRE - Santa Rosa	11	05	45,4
	21ª CRE - Três Passos	11	07	63,6
	CRS - Santa Rosa	11	05	45,4
	SAPA – Santa Rosa	11	02	18,1
	SDRPC – Santa Rosa	01	01*	100,0
Grupo Especial				
	FEPAM – Santa Rosa	11	02	18,1
	PATRAM – Santa Rosa	11	05	45,4

Quadro 9 – Participação dos representantes nas reuniões de plenária

Fonte: Origem dos dados arquivo do Comitê.

*solicitação de vaga durante o processo

Pode-se iniciar a analise quanto a participação dos suplentes nas reuniões de plenária, momento de discussão e deliberação dos assuntos de interesse comum. Observa-se que todos os suplentes tiveram participação abaixo de 50% nas reuniões. Conforme regimento interno os suplentes não possuem direito a voto, mas a manifestação é livre a todos os participantes da reunião, podendo também, na falta do titular votar as deliberações propostas nas reuniões.

Dando seguimento, a participação dos representantes do grupo de usuários da água.

Dos dezesseis representantes, somente sete tiveram participação acima de 50%, devendo ser ressaltado que a representante na categoria de usuários da água com 100% de participação é a presidente, e na categoria geração de energia com 90,9% de participação é o vice-presidente do Comitê.

Os representantes do executivo municipal nas categorias abastecimento público, esgotamento sanitário e drenagem tiveram participação abaixo dos 50%, o que demonstra a necessidade de institucionalização da importância da participação na gestão dos recursos hídricos através das discussões e deliberações nas reuniões de plenária do Comitê. Sendo a bacia hidrográfica composta por cinquenta e dois municípios, destes somente quatro participam do Comitê. Estes exercem a representatividade nas categorias que fazem utilização da água para o abastecimento da população do município ou para o lançamento de efluentes também originários no âmbito do município. A participação destes interesses nas reuniões de plenária, momento em que acontecem as deliberações é fundamental já que são os responsáveis pelas ações locais como fiscalização, licenciamentos municipais, saneamento, drenagem, resíduos sólidos, entre outros. Os planos municipais também devem acontecer de forma participativa com a comunidade, fato este que amplia a necessidade de interlocução entre o Comitê da bacia e os gestores municipais. Com a percepção de que a gestão para os recursos hídricos deve acontecer por bacia hidrográfica e não somente local, já que o curso de água não obedece aos limites políticos administrativos dos municípios e sim o da natureza.

Com destaque a representação da categoria da indústria com 81,8% de participação que demonstra a preocupação com as decisões realizadas e que

possam interferir no processo produtivo gerando assim mais custos operacionais e a preocupação no atendimento a legislação ambientais vigentes.

A representação da categoria lazer e turismo, também com participação de 81,8%, é de suma importância já que traz para discussão nas reuniões de plenária a defesa da água para a atividade que necessita da água com qualidade devido ao contato direto. Na bacia hidrográfica está localizado o Parque Nacional do Turvo, sendo esta uma rota turística, assim como a formação do relevo da bacia propicia a formação de cachoeiras, devendo ser contemplado no processo de Planejamento.

Outro aspecto importante do grupo usuários da água é a representação da categoria produção rural, que possuem maior número de vagas, devido ao fator de desenvolvimento econômico na bacia ser a agricultura e a criação de animais, o que demanda maior quantidade de água. Somente um representante teve participação acima de 50%. Sendo esta categoria representada pelos presidentes dos diversos sindicatos ligados a produção rural, é preocupante a falta de participação nesta etapa do processo, momento em que está sendo definidos parâmetros que servirão de base para futuros licenciamentos ambiental. Os sindicatos congregam os pequenos e grandes produtores rurais que utilizam à água no desenvolvimento de sua atividade econômica, tendo estes à responsabilidade de repassar as informações aos seus associados.

A participação do grupo da sociedade civil, dos dezesseis participantes sete teve a participação acima de 50%.

A baixa participação da representatividade da categoria legislativo municipal e da categoria de comunicações, já que possuem representatividade diferenciada no âmbito dos municípios pelo envolvimento com a comunidade, sendo importantes interlocutores das decisões realizadas pelo Comitê.

Dos cinquenta e dois municípios da bacia, somente dois solicitaram vaga no Comitê e mais um município no final do período da analise desta pesquisa. Não tendo à participação destes representantes nas reuniões de plenária a categoria fica com baixa participação no processo de decisão. Estes os representantes da população dos municípios quanto aos interesses da coletividade.

As representações das instituições de ensino, sendo a segunda categoria com mais números de vagas no Comitê, somente um representante teve

participação de 50% nas reuniões. Conforme REA, os agentes de educação superior ampliaram a presença das ações em EA a nível regional e por isto foram identificados como atores sociais estratégicos para o gerenciamento dos recursos hídricos. Esta interlocução deveria acontecer através da participação nas diversas deliberações nas reuniões de plenária, o que demonstra igualmente a falta de institucionalização da importância da participação na gestão dos recursos hídricos, através do comitê de bacia local.

A representatividade da categoria organizações sindicais, com todos os seus representantes com mais de 50% de participação. Devendo registro a participação em 100% das reuniões da representante do CPERS.

Na categoria organizações ambientais, os representantes tiveram participação abaixo de 50%, o que se avalia que a temática água e a sua gestão deve ter inserção ampliada nestes espaços, já que objetivam realizar ações de melhoria ambiental.

O grupo Órgão Público, onde estão inseridos os representantes do governo através das suas secretarias e coordenadorias. Dos cinco representantes somente dois tiveram a participação acima de 50%, sendo que um deste foi indicado e habilitado a participar na última reunião do período de analise desta pesquisa. Assim considera-se a participação de um representante com participação acima dos 50%, o que fica muito aquém das expectativas já que através destas secretarias é que estão sendo representadas as estratégias de governo.

O grupo especial, onde estão os representantes dos órgãos fiscalizadores do Estado, a baixa participação nas reuniões do Comitê dificulta a interlocução do Comitê com estes órgãos que atuam diretamente na bacia.

Deve ser ressaltado que dos trinta e sete representantes titulares do Comitê, quatorze tiveram participação acima de 50%, destes seis fazem parte da CPA, o que ratifica a analise da participação desta comissão no envolvimento direto nas decisões dos recursos hídricos da bacia, pois além de participar da construção da dinâmica do Comitê, também contribuem para as deliberações necessárias em momentos de decisão nas reuniões de plenária, demonstrando envolvimento, comprometimento e entendimento do processo de gestão.

5.3.2 Participação externa nas reuniões de plenária

Como a bacia hidrográfica possui 10.753 Km², está inserida esta área de abrangência, 52 municípios. As reuniões do comitê são itinerantes, pelos municípios da bacia, sendo a participação aberta a sociedade, buscando assim o envolvimento das representatividades locais. O objetivo é trazer para as reuniões as características locais e envolver gestores e técnicos locais na implementação dos instrumentos de gestão das águas em nível de município.

Abaixo consta a participação externa ao Comitê, nas reuniões de plenária.

Entidades	Total Participação Externa	Total de reunião	Média por reunião
DRH/SEMA	100	11	9,09
Câmara Vereadores Giruá			
Pref Munic Giruá – Prefeito			
Projeto Água Limpa			
3ª Cia Ambiental			
2º GAP Três Passos			
Sec Meio Ambiente Três Passos			
Sec Meio Ambiente Giruá			
Rota Yucumã			
Sociedade – Santa Rosa			
Sociedade – Alecrim			
Pref Munic Campinas das Missões – Prefeito			
Sec Educação e Cultura de C Missões			
Sociedade – Campinas das Missões			
Promotoria Pública – Campinas das Missões			
Escola Estadual de Campinas das Missões			
Escola Municipal de Campinas das Missões			
Pref Munic Giruá – Vice Prefeito			
Sociedade Entre Ijuis			
Sociedade Santa Rosa			
Agencia Reg Hidrográfica Guaíba			
ENGEPLUS Engenharia			
Ciclus Ambiental			
UNIJUI			
Assoc Municípios Grande Santa Rosa			
SURHMA CORSAN			
Sindicato Trabalhadores Rurais – Giruá			
Conselho de Meio Ambiente			
Câmara Municipal Santo Augusto			
CORSAN Santo Augusto			
Pref Municipal Santo Augusto – Prefeito			
Sec Meio Ambiente Chiapetta			
Sec Agricultura de Chiapetta			
Sociedade Chiapetta			
Câmara Munic Santa Rosa			
Sec Est Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo			

Continua

conclusão

Entidades	Total Participação Externa	Total de reunião	Média por reunião
Prefeitura Municipal Humaitá			
Sec Munic Meio Ambiente e Agrícola Humaitá			
Sec Munic Agricultura e Meio Ambiente Esperança do Sul			
Dep Meio Ambiente Tenente Portela			
Sec Munic Desenvolvimento Esperança do Sul			
Prefeitura Municipal de Tenente Portela – Vice Prefeito			
Câmara de Vereadores Tenente Portela			
FEPAM POA			

Quadro 10 – Participação de atores externos em reunião de plenária
Fonte: Origem dos dados arquivos do Comitê

A média de nove participantes externos ao Comitê em cada reunião de plenária pode ser considerada dentro das expectativas, já que pela visualização descrita acima, são representantes do poder executivo e legislativo dos municípios, ou técnicos com atuação municipal.

Como as reuniões são abertas a toda a sociedade tem outros atores que possuem envolvimento com os recursos hídricos nos diversos municípios que podem estar interagindo e contribuindo com informações locais para a gestão.

5.3.3 Participação Social nos eventos e atividades de mobilização social externos

A realização de atividades visa motivar a comunidade da bacia hidrográfica, em duas dimensões; os representantes do Comitê e a comunidade externa ao Comitê, a participar na gestão dos recursos hídricos, em especial neste momento, através do processo de Planejamento de Usos da Água.

Pode ser dividir em três etapas. A primeira, a participação da sociedade nos eventos realizados pelo Comitê ou com sua participação; a segunda é a participação da sociedade nos eventos específicos para preparar a comunidade para participar das Consultas Públicas e a participação nestas, que é a terceira etapa.

5.3.3.1 - Participação Social nas atividades de Educação Ambiental

O Comitê desenvolve atividades de Educação Ambiental buscando o envolvimento da comunidade nas ações de preservação, recuperação e proteção ambiental.

Atividade	Local	Total de Participantes
Projeto Comitê das Águas nas Escolas	Santa Rosa, Santo Augusto, Campinas das Missões, Sete de Setembro, Horizontina	2.246
Encontro pelas Águas (por sub-bacia)	Santa Rosa, Três de Maio, Tenente Portela Porto Vera Cruz, Três Passos	440
Seminários e Fóruns Municipais	Santo Augusto, Campo Novo, Três Passos Porto Alegre	420

Quadro 11 – Participação nas atividades de Educação Ambiental
Fonte: Origem dos dados arquivos do Comitê

A participação da sociedade nestes eventos mostrou-se adequada aos objetivos propostos para o desenvolvimento das atividades. Estimulada pela dinâmica proposta construída em conjunto com as entidades parceiras, destacando o aspecto da realidade local e valorizando seus conhecimentos com relação à identificação das necessidades locais.

5.3.3.2 Participação Social nas reuniões setoriais

Conforme descrito anteriormente, mobilizar atores específicos para a disseminação de informações pertinentes, em especial a responsabilidade de cada um no processo e as consequências do resultado deste.

Atores a serem envolvidos	Rede de Cooperação	Local	Total de particip.
Executivos Municipais	Associação dos Municípios do Grande Santa Rosa – AMGSR e Região Celeiro – AMUCELEIRO	Santa Rosa Três Passos	24
Legislativos Municipais	Associação das Câmaras de Vereadores do Grande Santa Rosa – ACVSR Associação das Câmaras de Vereadores Região Celeiro – ACAMRECE Representantes do Comitê	Santa Rosa Campinas das Missões Três de Maio Três Passos	85
Produção Rural	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Santa Rosa Giruá	95
Legislativo Estadual	Diretórios Locais	Santa Rosa	07

Quadro 12 – Participação em reuniões setoriais
Fonte: Origem dos dados arquivos do Comitê

A participação dos representantes do executivo e legislativo municipal ficaram dentro da perspectiva que objetivaram transmitir informações para o envolvimento no processo de Planejamento como instrumento de apoio para a implementação da gestão dos recursos hídricos, pois a conservação e manutenção em longo prazo deste dependem do envolvimento de todos os setores da sociedade em especial da gestão local. Entende-se a necessidade desta participação já que são cinquenta e dois municípios na bacia hidrográfica com estrutura própria e a gestão dos recursos hídricos acontece por bacia hidrográfica não obedecendo a divisão politico administrativa dos municípios.

A realização das reuniões da produção rural foi articulada pelos representantes do Comitê para levar as informações do processo de Planejamento e da necessidade de todos participarem das Consultas Públicas. Nestas a participação foram consideradas excelentes. Em uma reunião contou com a participação de presidentes de sindicatos que seriam multiplicadores e na outra contou a participação direta dos produtores rurais que se apoderaram das informações.

5.3.3.3 Participação Social em eventos de preparação para as Consultas Públicas

O Comitê, desde a sua instalação, desenvolve atividades que busca preparar a comunidade da bacia, com informações para fazer a sua opção de prioridade de uso do recurso hídrico, para o Plano de Bacia. Neste será analisado somente o período de 2010/12.

Abaixo quadro da participação da sociedade nos eventos específicos de mobilização social, de preparação para as Consultas Públicas.

Evento	Representante do Comitê	Sociedade	Total
Brincando de Enquadramento – Santa Rosa, Três de Maio, Cândido Godói e Três Passos	11	414	425
Seminário para o Enquadramento Interno - preparação para o processo de Planejamento – Plano de Trabalho - Santa Rosa	35	16	51
Seminário para o Enquadramento Externo - Santa Rosa	29	59	88

continua

conclusão

Evento	Representante do Comitê	Sociedade	Total
Plano de Mobilização Social – Santo Augusto	22	13	35
Validação do Diagnóstico – Três Passos	26	11	37
Audiência Pública – Santa Rosa	13	69	82
Definição Vazão Referência – Tenente Portela	16	13	29
Total	152	595	747

Quadro 13 – Participação em eventos de preparação para as Consultas Públicas
Fonte: Origem dos dados arquivo do Comitê

Conforme descrito anteriormente no objetivo da realização destes eventos, a participação dos integrantes do Comitê foi representativa nos momentos de decisão do processo de Planejamento, que foi no Seminário do Enquadramento, aprovação do Plano de Trabalho, apresentação do Diagnóstico e definição da Vazão de Referência.

A participação da sociedade externa ao comitê, além da analise quantitativa da participação, verificou-se as listas de presença para analisar o motivo que os levaram a participar, qual o setor que atuam, ou entidade que representam, conforme descrito anteriormente. Assim, pode-se inferir que teve boa participação já que trata-se de representantes do poder público, lideranças regionais, instituições de ensino, e outros.

4.3.3.4 – Participação Social nas Consultas Públicas

A realização das Consultas Públicas, em cinco cidades da bacia hidrográfica objetiva mobilizar a comunidade local, que possui maior ligação com o recurso hídrico mais próximo, se fazer presente e manifestar a sua vontade quanto o uso pretendido da água.

O resultado das consultas públicas é que vão embasar a votação do cenário de pré enquadramento que será apresentado a plenária do Comitê, pela empresa executora dos serviços. Conforme o uso da água pretendido, esta deve ter uma qualidade específica, assim a comunidade está fazendo a escolha do uso da água e direcionado para que a mesma tenha a qualidade necessária para este uso, podendo ser chamado de gestão ampliada.

Abaixo a participação da sociedade por município de realização das Consultas Públicas.

Evento	Representante do Comitê	Sociedade	Total
Consulta Pública Santa Rosa	19	94	113
Consulta Pública Campinas das Missões	08	49	57
Consulta Pública Três de Maio	07	57	64
Consulta Pública Santo Augusto	06	68	74
Consulta Pública Três Passos	12	73	85
Total	52	341	393

Quadro 14 – Participação nas Consultas Públicas
Fonte: origem dos dados arquivos do Comitê

É importante a divisão entre representantes do Comitê e a sociedade, para avaliar a participação dos representantes do Comitê no seu papel representativo de categorias de interesse dos usos da água e a capacidade de mobilização do Comitê em envolver a comunidade na gestão dos recursos hídricos e a resposta desta na comunidade assumindo esta responsabilidade.

O Comitê possui sessenta e quatro membros titulares e suplentes, a participação de cinquenta e nove integrantes nas Consultas Públicas, poderia representar um bom indicativo de participação. O Comitê convidou todos os representantes a participar de todas as Consultas Públicas, ou seja, nas cinco, não com direito a manifestação de usos da água, mas para avaliar como os seus representados estavam manifestando a prioridade de uso da água, para servir de subsídio na próxima etapa do Plano que é a definição do Enquadramento das Águas por classe de qualidade.

Para qualificar esta analise de participação quanto aos representantes do Comitê, buscamos as listas de presença, sendo identificado a participação da presidente e representante dos usuários da água nas cinco CP, do vice presidente em três CP, assim como uma representante da sociedade. Além de outros representantes que participaram também de mais de uma CP, ficando um quantitativo de trinta e sete representantes que participaram.

Do grupo dos representantes dos usuários da água e sociedade civil, todas as categorias teve a participação do representante do Comitê, nos grupos dos Órgãos Públicos estaduais e federais e do grupo especial não teve a participação de todas as entidades membros.

Quanto a participação da sociedade externa ao Comitê, a participação da sociedade pode ser considerada representativa, trezentos e quarenta e uma participações, que atenderam o chamado do Comitê e vieram contribuir neste momento de definição da prioridade de usos da água. Entendendo que a gestão das águas não é somente de responsabilidade dos governantes, e sim de cada um assumir a responsabilidade de protagonista na construção das soluções da degradação dos recursos hídricos e para a democratização das politicas públicas.

5.4 PESQUISA DE PERCEPÇÃO DOS REPRESENTANTES DO COMITÊ NO DESENVOLVIMENTO DAS CONSULTAS PÚBLICAS

Sendo o Planejamento um processo de construção e melhorias contínuas, sendo o Comitê responsável pelo envolvimento da comunidade no processo e em consequência na gestão das águas da bacia, o processo de Planejamento ainda em construção, após a realização das cinco Consultas Públicas atendendo a diretriz de trabalho da direção do Comitê, que é de compartilhar a gestão, foi realizada uma pesquisa entre os participantes, titulares e suplentes. O objetivo da pesquisa foi avaliar a percepção dos representantes do Comitê que participaram das CP quanto as atividades realizada para mobilizar a sociedade, quanto ao envolvimento da comunidade no processo, e através das sugestões apresentadas, poder implementar melhorias nas próximas etapas do processo que necessite a participação da comunidade, conforme abaixo:

Total de participantes representantes do Comitê: 37		
Total de respostas válidas: 17 (três foram invalidados por não participar das CP)		
Questionamento	Opções de resposta	Total
Se sim, como percebeste a participação da sociedade na gestão dos recursos hídricos?	com envolvimento para definição dos usos pretendidos	12
	sem envolvimento para a definição dos usos pretendidos	0
	com conhecimento do processo de participação da sociedade na gestão dos recursos hídricos	02
	sem conhecimento do processo de participação da sociedade na gestão dos recursos hídricos	01
	buscando informações para contribuir no processo	06
	não buscando informações para contribuir no processo	00
	acreditando que o processo de Planejamento dos Usos da Água possa acontecer com a participação da sociedade	03

continua

conclusão

Questionamento	Opções de resposta	Total
	não acreditando que o processo de Planejamento dos Usos da Água possa acontecer com a participação da sociedade	00
	Outro: Com envolvimentos mesmo não sabendo o resultado da atividade	01
Sugestão de melhoria:		
Quanto a metodologia de divulgação das informações?	Suficientes para o envolvimento dos principais atores da bacia	15
	Insuficientes para o envolvimento dos principais atores da bacia	01
Sugestões de melhorias: Poderíamos ter buscado uma participação em uma reunião do CEPERS, da qual participam os diretores das escolas estaduais e assim poderíamos ter uma maior participação destes.		
Quais os atores que considera que identificaste que não se envolveram no processo?	Representantes do comitê	01
	Executivos municipais	08
	Legislativos municipais	09
	Entidades ambientais	06
	Órgãos do Estado	06
	Entidades educacionais	02
	Lideranças locais	04
	Ministério público	04

Quadro 15 – Pesquisa de percepção dos representantes do Comitê referente participação social - Consultas Públicas

Fonte: origem dos dados arquivo Comitê

Pelas respostas ao questionamento realizado pelo Comitê, a maioria dos representantes participantes das CP perceberam que a comunidade estava envolvimento para definição dos usos pretendidos da água e buscando informações para contribuir no processo. Quanto as atividades realizadas para mobilizar a comunidade a se fazer presente e manifestar a sua prioridade quanto aos usos da água, realizada pelo Comitê, foram consideradas pela maioria como suficiente para motivar a comunidade. Também foi identificado pela maioria dos representantes que tiveram presentes nas CP que foi insuficiente a participação dos representantes do executivo e legislativo municipal, entidades ambientais e órgão de governo.

6. CONCLUSÃO

> "Qualquer política para a sociedade deve ser construída junto com a própria sociedade. A Política ambiental não é diferente" (SEMA PR, 2012)

Por fim, o presente capítulo retrata um apanhado geral dos dados pesquisados, centrados na relação dos sujeitos da bacia hidrográfica - com seus valores e interesses - e da gestão dos recursos hídricos – através do processo de Planejamento de Usos da Água a partir da sua interação nos espaços públicos de decisão para responder os objetivos gerais e o questionamento inicial desta pesquisa:

O modelo de gestão de recursos hídricos existente contempla a participação social no processo de Planejamento de Usos da Água na Bacia Hidrográfica dos rios Turvo Santa Rosa Santo Cristo - Enquadramento?

Nas últimas décadas, em especial após a promulgação da nossa Constituição Federal de 1988, ampliou enormemente a discussão sobre a inserção da participação da sociedade no planejamento ou na gestão das politicas públicas.

Fazendo-se analise do histórico de lutas e conquistas da sociedade brasileira por uma maior participação na definição do destino do país, ou seja, na construção das políticas que norteiam as ações, visualiza-se os setores com maior conscientização desta necessidade, buscando de forma passiva e/ou muitas vezes através de embate direto mudar o Estado de conservador, clientelista, autoritário, para um modelo gerencial, democrático, focado em resultados não só econômicos mas de bem estar dos seus cidadãos.

A gestão dos recursos hídricos, de forma descentralizada e participativa ainda é recente em nosso país. Com a nova Constituição Cidadã, trazendo novos conceitos e definições, normatizando a institucionalização de um Sistema Nacional para gerir os recursos hídricos existentes, é um marco na história da democratização das políticas públicas, da descentralização de poder para gerir um bem público.

A Lei Nacional 9.433/97, que estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos cria os instrumentos de planejamento e gestão, indicando os responsáveis pela implementação desta gestão. Ao ser criado uma estrutura de seu sistema institucional para a gestão, com canais de participação com competências consultivas e deliberativas, amplia a possibilidade da sociedade atuar no gerenciamento dos recursos hídricos e assim na estrutura do aparelho do Estado.

No nosso estado, a Lei 10.350/94 estabelece os objetivos, princípios e diretrizes da política estadual de recursos hídricos, assim como define as instituições e os instrumentos de planejamento e gestão, fazendo um arranjo institucional baseado em princípios de organização para a gestão compartilhada do uso da água.

No atendimento ao que preconiza a legislação, para a bacia hidrográfica dos rios Turvo Santa Rosa Santo Cristo foi instituído um comitê de bacia, formado por representantes de usuários da água, sociedade civil organizada e poder público federal e estadual, a fim de deliberar referente aos diversos interesses de usos dos recursos hídricos existentes.

Tendo como uma das principais atribuições, propor ao órgão competente o enquadramento dos corpos de água por classe de qualidade, conforme o uso preponderante escolhido pela comunidade da bacia, iniciou -se em janeiro de 2010 o Plano de Bacia através do processo de Planejamento de Usos da Água da Bacia Hidrográfica dos rios Turvo Santa Rosa Santo Cristo - Enquadramento. Sendo de responsabilidade do Comitê a mobilização da comunidade para participar do processo de decisão sobre o futuro das águas, já que é esta comunidade que deverá atender as futuras normatizações para garantir a qualidade de água na classe enquadrada.

Conforme a apresentação dos dados no capítulo anterior, a analise da participação no processo de Planejamento foi dividido em três dimensões; a primeira gestão compartilhada do Comitê; na segunda a mobilização social através da informação; a terceira a participação social através dos representantes do Comitê exercendo o seu papel representativos e dos atores externos.

Inicia-se por enfocar a participação na gestão dos recursos hídricos através da **gestão compartilhada** do Comitê, através da CPA, que reflete a

representatividade dos usuários da água, sociedade civil e órgão públicos, estando inseridos nesta a presidente e o vice presidente.

Utilizando as anotações desta autora e também as atas das reuniões da CPA, tem que ser destacado a preocupação desta comissão no entendimento que o Comitê não é instância executiva e sim deliberativa, trabalha pelo reconhecimento do Comitê como órgão de Estado, instância política na bacia hidrográfica nas articulações referente aos recursos hídricos, devendo ser chamado para as discussões das políticas públicas que envolvam este bem público.

Conforme dados apresentados conclui-se que a maioria dos integrantes da CPA possui uma ótima participação nas reuniões, momento de decisão dos rumos e dinâmica deste entende-se assim, que os integrantes desta comissão participam da gestão dos recursos hídricos existentes na bacia, de forma direta.

Referente a **mobilização social através da disseminação de informações**, observa-se o esforço do Comitê em buscar ou criar novos espaços de divulgação, verifica-se um trabalho intenso e focado para o envolvimento da comunidade, os responsáveis pela gestão local, como o executivo municipal e legislativo, assim como o ministério público, objetivando maior aproveitamento dos meios de comunicação de massa e das redes de cooperação, que foram desenvolvidas e articuladas durante o processo. Busca preparar a comunidade da bacia com informações suficientes para subsidiar a participação destes com clareza de que o recurso hídrico existente deve atender, de forma harmônica, os múltiplos e por vezes, competitivos usos. Entendendo que o água é um bem natural, público, mas também é o principal insumo para o desenvolvimento econômico.

Também vale o registro a articulação junto aos representantes do legislativo estadual, que defendem os interesses regionais, junto a Assembleia Legislativa, através de reuniões diretas com estes representantes e também na realização de uma Audiência Pública para dar amplitude a visibilidade do Comitê.

As atividades de Educação Ambiental, além de ser uma forma de interagir com a comunidade da bacia, também constrói uma rede de aliados, seja na construção de novos conhecimentos ou na prática educativa.

Quanto a **participação social**, no período analisado, verificou-se a realização de onze reuniões de plenária, com devidos registro em atas e lista de presença. As

informações das deliberações realizadas durante as reuniões também circularam entre os representantes do Comitê, proporcionando aos não participantes tomar conhecimento dos temas da reunião, assim como a disposição das mesmas na internet, no site do Comitê, que pode ser acessado pela comunidade da bacia.

Observa-se que tanto os representantes dos usuários da água e a sociedade civil se equipararam em participação, sendo sete participantes de cada grupo, com participação acima de 50%, nas reuniões de plenária.

No grupo de usuários da água a categoria produção rural apresentou a menor participação das diversas categorias, mesmo sendo a categoria que mais demanda água e serão atingidas com a implantação dos futuros instrumentos de gestão como licenciamentos ambientais e cobrança pelo uso da água. A não participação pode ocasionar desvios na gestão para este uso específico.

Também a baixa participação dos representantes do poder municipal - executivo e legislativo - nas diversas categorias de representação também pode acarretar dificuldades posteriores na implementação em nível de município dos instrumentos de gestão. Esta falta de participação pode ser motivado pela a demora na implementação dos demais instrumentos de gestão dos recursos hídricos; demora do retorno do Estado em relação as necessidades de aplicação financeira no âmbito da bacia; a falta de recursos humanos para suprir as crescentes demandas de participação, técnicos e administrativos; estes atores já participam de outras instâncias de decisão que possa ter reflexo na gestão dos recursos hídricos, hierarquizando os que apresentam retorno mais rápido; e por fim, a falta de institucionalização da importância da participação junto aos comitês de bacia.

Na categoria dos órgãos públicos, das oito vagas existentes no Comitê, somente cinco foram preenchidas, destas uma somente no final do ano de 2011. Com isto, dos quatro representantes do governo, junto ao Comitê, somente um participou mais de 50% das discussões e deliberações realizadas. Assim como concluído por Flores e Misoczky(2008) o Comitê é responsável pela elaboração de um plano que deve passar pela instância de órgão fiscalizadores do governo, ou seja, tem uma ação restrita pela lei. Essa premissa sugere que o descaso dos representantes do governo no comitê se dá justamente pelo fato de que as definições das plenárias não são definitivas, e retornam ao crivo do governo mesmo que em instâncias diferentes.

Tornar real estes conceitos de democracia e possibilitar uma efetiva partilha do poder de gerir os bens públicos com a sociedade é um processo lento e complexo, exigindo novas posturas tanto do Estado quanto da sociedade, de cada qual assumir o seu papel de protagonista na mudança desta relação, assumindo juntos os resultados desta construção. Possivelmente relaciona-se a isto a falta de participação do governo, nesta esfera de decisão participativa. Sendo o governo responsável pela fiscalização e posteriormente pela aprovação da proposta de enquadramento do Comitê e com isto o responsável também na implementação das alterações legais necessárias.

Deve registro que dos catorze representantes do Comitê com mais de 50% de presença, seis são da CPA.

A participação externa nas reuniões de plenária, assim como nos eventos específicos realizados pelo Comitê, na busca de promover espaço de articulação e de negociação de conflitos e estabelecimento de regras pactuadas (usuários/Estado e sociedade civil) busca contribuir na eficácia da política de gestão dos recursos hídricos, considera-se muito satisfatória, não só pela quantidade, mas sim, pela qualidade desta participação. Contou com a participação de uma diversidade de atores, que mesmo não atuando junto ao Comitê são promotores de ações nas diversas instâncias de entidades ligadas de forma direta ou indireta dos recursos hídricos.

Conforme mencionado na revisão teórica, por Flores e Misoczky (2008) referente aos degraus da escada de Arnstein (1998), a participação no processo de Planejamento de Usos da Água está no sexto degrau – parceria – onde o poder é distribuído por uma negociação entre cidadão e detentores do poder. O planejamento e as decisões são divididos, já que a participação tanto dos representantes das entidades membro do Comitê, quanto a sociedade participaram da etapa de maior necessidade de participação social, que foi nas cinco consultas públicas realizadas à sociedade. Este resultado servirá de subsídio para a decisão dos representantes do Comitê de qual a qualidade de água necessária para atender aos usos desejados. Quais as ações a serem implementadas e em quanto tempo, serão as próximas deliberações do Comitê, dentro da realização do seu Plano de Bacia.

Respondendo-se aos objetivos da realização desta pesquisa, com a descrição do processo de Planejamento de Usos das Águas; as atividades realizadas pelo Comitê para envolver as comunidades de forma direta ou indiretamente através dos canais de comunicação disponibilizados; da disseminação das informações através de redes de cooperação, informativos, canais de comunicação de massa (jornais, TV, internet), cartilha, folder e através da realização dos *cento e trinta e cinco atividades realizadas*, como palestras, painéis, participação em programas de rádio, reuniões setoriais, atividades de educação ambiental, audiência pública, participação externa nas reuniões de plenária, que resultou numa mobilização de *três mil, novecentos e oitenta e três pessoas* – não contando a mobilização das pessoas através dos jornais, entrevistas de rádio, TV e internet, nem a participação do Comitê *em sessenta e dois outros momento e/ou espaços de discussão* na bacia; e por fim a participação de *trezentos e quarenta e um* cidadão nas Consultas Públicas.

Quanto ao questionamento inicial deste trabalho, conclui-se que o modelo de gestão dos recursos hídricos, que é desenhado através da legislação nacional e estadual, na formação de um sistema de gestão onde tem a bacia hidrográfica como a unidade de planejamento e gestão e que a participação da sociedade se dá através das plenárias dos comitês de bacia, contempla sim a participação da sociedade na gestão das águas. Só que para acontecer esta gestão participativa é necessário: decisão política de implementar gestão descentralizada, integrada e participativa; existência de organização social representativa dos diferentes interesses em relação aos recursos hídricos; interesse coletivo de colaborar para sua sustentabilidade e predisposição a negociação e ao estabelecimento de regras acordadas entre os diferentes seguimentos. Assim a existência de um comitê de bacia não garante a participação da sociedade nesta gestão, devendo sim, ser estimulada.

Em específico ao processo de Planejamento de Usos da Água na Bacia Hidrográficas dos rios Santa Rosa, Santo Cristo e Turvo, concorda-se com o resultado da pesquisa realizada pelo Comitê, aos seus representantes que participaram nas Consultas Públicas, de que a comunidade demonstra interesse em participar de gestão dos recursos hídricos, buscando informações para contribuir no processo e que as atividades realizadas pelo Comitê com o objetivo de mobilizar a comunidade da bacia a participar atenderam ao objetivo. Mesmo na participação

insuficiente de alguns atores específicos a participação da sociedade aconteceu através da participação nos momentos de decisão – aprovação do plano de trabalho, validação do diagnóstico, definição da vazão de referência e consultas públicas - com *todas as categorias da população sendo representadas* pelo titular (na sua maioria) ou suplente do Comitê, e também na participação de *trezentos e noventa e três cidadãos* da bacia que atenderam o chamamento do Comitê para uma gestão participativa e democrática dos recursos hídricos existentes.

6.1 PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

O Comitê já adota algumas medidas para melhorar os resultados de suas ações, dentre elas: a comunicação permanente que se caracteriza como um instrumento para a obtenção do apoio da comunidade local; a divulgação de informações acerca dos resultados obtidos em parcerias institucionais e com a participação da sociedade para criar um ambiente favorável à implantação das ações; a busca de parcerias e de ações conjuntas, possibilitando o uso integrado de recursos humanos, técnicos e materiais.

Proposta de objeto de um próximo estudo:

a) a efetiva participação dos representantes do Comitê nas deliberações de plenária, através da analise das contribuições registradas em atas;

b) o motivador da baixa participação dos representantes da categoria produção rural, instituições de ensino, pesquisa e extensão e poder público (executivo e legislativo) municipal, pois são atores chaves no processo. O primeiro pela demanda de água, o segundo pelo conhecimento técnico e específico da bacia e o terceiro pela representatividade que possui em nível de municípios na defesa dos interesses dos cidadãos;

c) a participação das diversas categorias, usuários da água, sociedade civil e poder público acontecem por estar instituído na entidade o reconhecimento que a gestão dos recursos hídricos acontece através das deliberações das plenárias dos diversos comitês, ou acontece pelo reconhecimento e conhecimento pessoal da

importância de participar na construção das decisões das políticas públicas voltadas a contemplar a preservação, a conservação e a proteção dos recursos hídricos da bacia.

6.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.2.1 Limitações desta pesquisa

Esta autora participa do processo de construção e condução das diversas atividades realizadas pelo Comitê, como presidente deste. Registrando depoimentos, sugestões, solicitações tanto dos seus representantes – a plenária – como dos diversos atores participantes agregados no processo, que contribuiu para elucidar esta pesquisa.

Do ponto de vista metodológico, a participação como condutora do processo de Planejamento do Comitê, hora acontecendo, apresentará vantagens e dificuldades. As vantagens serão quanto à proximidade do objeto a ser pesquisado e a disponibilidade do material a ser utilizado na pesquisa, contribuindo para aprofundar esta. A dificuldade será quanto à intimidade com o processo, o envolvimento com as atividades, demandando maior concentração em construir uma visão crítica na analise e interpretação dos dados.

Entretanto, ao decidir por realizar esta pesquisa, esta contribui para o desenvolvimento e condução do processo de Planejamento, ampliando o conhecimento e reconhecimento da dinâmica social, do sentimento de pertencimento da comunidade da bacia, de cidadania, de democratização a partir da participação social nos espaços de decisão, sendo este uma caminhada a ser percorrida e pode acontecer através da gestão participativa sobre os aspectos da natureza e em especial dos recursos hídricos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARRETCHE, Marta. **Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização.** Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Revan/FAPESP, 2000. 304 páginas. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n40/1712.pdf

ARRETCHE, Marta T.S., **O Mito da Descentralização: Maior Democratização e Eficiência das Politicas Públicas**, Revista Brasiliera de Ciências sociais, no 31, 1996. Disponível em *http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Marta/RBCS_96.pdf*

BRASIL, Assembléia Legislativa/RS, Constituição do Estado do Rio Grando do Sul, 1989 Disponível em www.al.rs.gov.br/prop/Legislacao/Constituicao/Constituicao.htm . Acesso em 04 dez 2011.

BRASIL, Câmara da Reforma do Estado, Presidência da República; Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, nov 1995.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília/DF: Senado, 1988.

BRASIL, Fundação Estadual de Proteção Ambiental/RS. **Resolução CONAMA 357** 2005. Disponível em www.fepam.rs.gov.br/qualidade/legislacao_agua.asp . Acesso em 04 dez. 2011.

BRASIL, Lei 10.350 de 1994 do Rio Grande do Sul. Disponível em www.mundoambiente.eng.br/.../legislacaoAmbientalRS.htm. Acesso em 04 dez. 2011

BASIL. Ministério das Cidades. Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social. Brasília, DF. Disponível em: http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/saneamento-ambiental/acoes/acoes-complementares-1. Acesso em 13.04.2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente / Secretaria de Recursos Hídricos. **Plano Nacional de Recursos Hídricos: histórico do CEEIBH e dos Comitês de Estudos das Bacias Hidrográficas**. Brasília/DF, 2005.

BRASIL. Ministério Meio Ambiente e Educação. **Programa de Educação Ambiental**. Brasília, DF.2003.

BRASIL. Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia, SE. **Metodologia de apoio à gestão participativa dos recursos hídricos**. Sergipe, 2001.

CÁNEPA, Eugênio Miguel; **A gestão das Águas baseada no princípio Usuário Pagador: Dificuldades e Perspectivas para o Sistema do Rio Grande do Sul**. V.a Revista Carta Capital, mar 2011

CARTA DE BRASILIA. I Seminário Latino – Americano de Politicas Públicas em Recursos Hídricos. Disponível em www.abrh.org.br/**carta**df.pdf Acesso em 04 dez. 2011.

CARVALHO, M. do C. A. **A participação social no Brasil hoje**. Polis Peprs, São Paulo. n.2, 1998, disponível em: www.polis.org.br/obras/arquivo_169.pdf.

COELHO, Ricardo Correa. **Estado, Governo e Mercado**. Especialização em Gestão Pública. PNAP. Capes, 2009.

COMITÊ TURVO SANTA ROSA SANTO CRISTO, disponível em http:///comiteturvo.com.br>. Acesso em 27 nov. 2011.

____ Lista de Presença de janeiro 2010 a março de 2012.

____ Atas das reuniões ordinárias de janeiro 2010 a março de 2012.

____ Atas das reuniões da CPA e GT de janeiro de 2012 a março de 2012.

ENGEPLUS, Engenharia Ltda. **Relatório da Etapa A** – REA, Porto Alegre, 2012.

ENGEPLUS, Engenharia Ltda. **Relatório Técnico 3, Consolidação do Diagnóstico – RT 3,** Porto Alegre, 2011.

FINDALY, Eleide Abril Gordon; COSTA, Mauro A.; GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo. **Guia para elaboração de projetos de pesquisa**. Univille: 2ª ed. Maringá, 2006.

FLORES, Rafael Kruter; MISOCZKY, Maria Ceci. **Participação no gerenciamento de bacia hidrográfica: o caso do Comitê Lago Guaíba.** Revista de Administração Pública, 42, Rio de Janeiro, 2008.

GERHARDT, Tatiane Engel; SILVERIA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. UFRGS, Porto Alegre, 2009.

GOHN, M.G. **Conselhos gestores e participação politica**. São Paulo. Cortez, 2001.

MATOS, Ana Maria; SOARES, Mônica Fonseca; FRAGA, Tânia. **Normas para apresentação de trabalho da Escola de Administração**. UFRGS, Porto Alegre, 2007.

MILANI, Carlos R.S. **O princípio da participação social na gestão de politicas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, mai./jun. 2008

MIRANDA, Ana Paula Mendes de Miranda; **A busca por direitos: possibilidades e limites da participação social na democratização do Estado**, 2007. Disponível http://www.comunidadesegura.org/pt-br/node/38071

PAIXÃO, Hugo Rosa da. O espaço público de controle e intervenção social. Disponível em http://www.oim.tmunicipal.org.br/abre_documento.cfm?arquivo=_repositorio/_oim/_documentos/F3708369-FB7C-9EC8-0F8D09910605782C01062010091556.pdf&i=1082. Acesso em 27.11.2011.

PEREIRA, Dilma Seli Pena; FORMIGA – JOHNSSON, Rosa Maria. **Descentralização da gestão dos recursos hídricos em bacia nacional no Brasil**, Brasil, out. 2004

PONTUAL, Pedro; **Desafios à construção da democracia participativa no brasil: a prática dos conselhos de gestão das políticas públicas**, Revista de debates do Centro de assessoria e Estudos Urbanos – Cidades, dez 2008. Disponível www.ongcidade.org/rev

RIBEIRO, Claudia; LAIGNEAU, Patricki. **Enquadramento: Processo participativo em bacias hidrográficas. O caso do Comitê Cai no Rio Grande do Sul.** XIX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, 2???.

RUA, Maria das Graças. Políticas Públicas. **Especialização em Gestão Pública**. PNAP. Capes, 2009.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. **O Estado e os Problemas Contemporâneos**. Especialização em Gestão Pública. PNAP. Capes, 2009.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. Pesquisa Científica. EAD, ?.

SEMERARO, G. **Gramsci e a sociedade civil. Cultura e Educação para a democracia**. Petrópolis, RJ. Vozes, 1999.

VEIGA, Bruno Gonzaga Agapito de, **Participação social e Politicas Públicas de Gestão das Águas: Olhares Sobre as Experiências do Brasil, Portugal e França**, Tese de Doutorado, Brasília, DF, 2007

Sites consultados:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina_principal

www.adm.ufba/capitalsocial

http://pt.wikipedia.org/wiki/Bacia_hidrogr%c3%a1fica (Acesso em 30.03.2012)

http://www.sema.rs.gov.br/upload/Calend%C3%A1rio%20Ambiental.pdf (Acesso em 03.04.2012)

http://www.dicionarioinformal.com.br/representatividade/ (Acesso em 04.04.2012)

http://www.dicio.com.br/representante/ (Acesso em 04.04.2012)

www.**comiteturvo**.com

http://capacitacao.ana.gov.br

www.**sema**.**rs**.gov.br

file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Desktop/Comite%202011/Legilan%C3%A7%C3%B5es/Constitui%C3%A7%C3%A3o%201988.htm

http://www.al.rs.gov.br/prop/Legislacao/Constituicao/Constituicao.htm

http://jus.com.br/revista/texto/9991/participacao-politica-no-sistema-representativo-democratico

http://translate.google.com.br/#en|pt|Responsiveness

http://www.sefaz.ce.gov.br/Content/aplicacao/internet/programas_campanhas/estado-governo-adm%20publicamariagra%C3%A7asruas.pdf

http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4424531P8

http://www.fat.edu.br/saberjuridico/publicacoes/edicao04/convidados/OS_ESPACOS_PUBLICOS-HUGO_PAIXAO.pdf

http://www.saneamentoweb.com.br/programasdegoverno/peamss

GLOSSÁRIO

Accountability - ao enfatizar a atividade do administrador público em apresentar informações sobre sua gestão para a população, principalmente no sentido de prestar contas das suas atividades governamentais.

Newsletter – jornal on line

Responsaveness – receptividade, capacidade de resposta.